



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ANDRÉ DE SOUZA GOMES

**O DISTRITO INDUSTRIAL DE MARACANAÚ/CE NO CONTEXTO DO REGIME
DE ACUMULAÇÃO COM DOMINÂNCIA FINANCEIRA: AVALIAÇÃO DA
POLÍTICA DE RENÚNCIA FISCAL NO CENÁRIO DA ABERTURA ECONÔMICA**

FORTALEZA

2022

ANDRÉ DE SOUZA GOMES

O DISTRITO INDUSTRIAL DE MARACANAÚ/CE NO CONTEXTO DO
REGIME DE ACUMULAÇÃO COM DOMINÂNCIA FINANCEIRA:
AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE RENÚNCIA FISCAL NO CENÁRIO DA
ABERTURA ECONÔMICA

Trabalho de Dissertação apresentado ao
Mestrado Profissional em Avaliação de
Políticas Públicas, da Universidade
Federal do Ceará, como requisito para
obtenção do Título de Mestre em Avaliação
de Políticas Públicas.
Orientador: Prof. Dr. Carlos Américo Leite
Moreira.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G612d Gomes, André de Souza.

O distrito industrial de Maracanaú no contexto do regime de acumulação com dominância financeira: : Avaliação da política de renúncia fiscal no cenário da abertura econômica /

André de Souza Gomes. – 2022.

100 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira.

1. Avaliação em profundidade. 2. Renúncia fiscal. 3. Dominância financeira. 4. Impactos socioeconômicos. 5. Planejamento. I. Título.

ANDRÉ DE SOUZA GOMES

O DISTRITO INDUSTRIAL DE MARACANAÚ/CE NO CONTEXTO DO REGIME DE
ACUMULAÇÃO COM DOMINÂNCIA FINANCEIRA: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE
RENÚNCIA FISCAL NO CENÁRIO DA ABERTURA ECONÔMICA

Trabalho de Dissertação apresentado ao
Mestrado Profissional em Avaliação de
Políticas Públicas, da Universidade
Federal do Ceará, como requisito para
obtenção do Título de Mestre em Avaliação
de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Américo Leite
Moreira.

Aprovada em: 10 /06 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Júlio Ramon Teles da Ponte
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.
Aos meus pais, Raimundo e Marta.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

A minha esposa, Thisciane Ferreira Pinto Gomes, minha eterna gratidão pelo apoio, compreensão, amizade e incentivo em todos os momentos da minha vida.

Aos meus filhos, Gustavo, Lucas e Gabriela por alegrarem meus dias.

Aos meus pais, Raimundo e Marta, por sempre acreditarem em mim, pelo apoio incondicional.

Aos meus irmãos Alexandre e Eduardo pela torcida de todos os dias.

Aos meus sobrinhos (as), Iza Maria, Iury, Thalita, Thammy, Rebeca, Bianca e Arthur pelos momentos de alegria.

Aos meus cunhados (as), Thiago, Rubens, Liliane, Celiane, Alana e Raquel pela amizade.

Aos meus sogros, Neri e Célia (*in memoriam*), pelo apoio e por tornarem minha família especial.

A todos os meus familiares, pela torcida de sempre.

Aos amigos (as) Deivid e Jaqueline que sempre vibraram com minhas conquistas.

Ao Serviço Social da Indústria (SESI), por todo conhecimento adquirido.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira, pela valiosa orientação e grande contribuição em meu crescimento profissional.

Aos professores doutores Júlio Ramon Teles da Ponte e André Vasconcelos Ferreira que de bom grado, me proporcionaram a honra de participar de minha banca.

A coordenadora do Programa de Pós-Graduação, do MAPP – Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas e aos professores do Programa de Pós-Graduação, pela dedicação.

Aos professores do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP).

Aos colegas do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas - UFC.

RESUMO

Na seara por disputas em investimentos produtivos, emergem constantes movimentos com a alcunha de *guerra fiscal* entre os entes federados (DF, estados e municípios). Empreendimentos de desconcentração regional têm envolvido renúncia fiscal para pessoas jurídicas localizarem-se em diversos estados brasileiros. Nessa acepção, realizamos este estudo dissertativo com o objetivo geral de avaliar a *política pública de renúncia fiscal*, fomentada no Distrito Industrial (DI), localizado na cidade de Maracanaú/CE, no contexto do regime de acumulação com dominância financeira, sob a óptica neoliberal. No tocante aos objetivos específicos, desdobram-se em dois, quais sejam: identificar os impactos socioeconômicos, gerados pelas renúncias fiscais do Distrito Industrial de Maracanaú e compreender a renúncia fiscal como uma vertente da financeirização dos mercados, através da lógica neoliberal do regime de acumulação com dominância financeira. Quanto ao percurso metodológico, a investigação acadêmico-científica, recorreu à abordagem qualitativa calcada na avaliação em profundidade proposta por Rodrigues (2008, 2011, 2016). Por conseguinte, o itinerário investigativo-acadêmico-científico está consubstanciado em uma análise multirreferencial, considerando múltiplas dimensões, respeitando o campo da subjetividade dos atores sociais envolvidos na política pública pesquisada. Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizou-se de uma pesquisa documental, por intermédio da exploração de material concernente ao ordenamento jurídico brasileiro. Além disso, fez-se imprescindível a imersão em pesquisa bibliográfica, haja vista, essa se constituir como *condition sine qua non*, para demais tipos, formas e modalidades de pesquisas acadêmicas. Como instrumentais de coleta, recorreremos às técnicas de observações de campo e entrevistas semiestruturadas, por meio de um roteiro prévio (em apêndice). Em suma, percebe-se que esta política pública tem gerado diversos questionamentos quanto à aplicação dos recursos, seu privilegiamento ao capital industrial financeiro, em detrimento de políticas públicas, em áreas necessárias como saúde, educação, segurança pública e infraestrutura coletiva.

Palavras-chave: avaliação em profundidade; renúncia fiscal; dominância financeira; impactos socioeconômicos; planejamento.

ABSTRACT

In the field of disputes in productive investments, constant movements emerge with the nickname of fiscal war between the federated entities (DF, states and municipalities). Regional deconcentration ventures have involved tax waivers for legal entities to be located in several Brazilian states. In this sense, we carried out this dissertation study with the general objective of evaluating the public policy of fiscal waiver, fostered in the Industrial District (DI), located in the city of Maracanaú/CE, in the context of the accumulation regime with financial dominance, from the neoliberal perspective. Regarding the specific objectives, they are divided into two, namely: to identify the socioeconomic impacts generated by the tax waivers of the Industrial District of Maracanaú and to understand the tax waiver as an aspect of the financialization of markets, through the neoliberal logic of the accumulation regime with financial dominance. As for the methodological path, the academic-scientific investigation resorted to the qualitative approach based on the in-depth evaluation proposed by Rodrigues (2008, 2011, 2016). Therefore, the investigative-academic-scientific itinerary is embodied in a multi-referential analysis, considering multiple dimensions, respecting the field of subjectivity of the social actors involved in the researched public policy. As for the methodological procedures, a documental research was used, through the exploration of material concerning the Brazilian legal system. In addition, immersion in bibliographic research was essential, given that this constitutes a condition sine qua non, for other types, forms and modalities of academic research. As collection instruments, we used the techniques of field observations and semi-structured interviews, through a previous script (in the appendix). In short, it is clear that this public policy has generated several questions regarding the application of resources, their privilege to industrial financial capital, to the detriment of public policies, in necessary areas such as health, education, public security and infrastructure.

Keywords: in-depth assessment; tax waiver; financial dominance; socioeconomic impacts; planning.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BB	Banco do Brasil
BEC	Banco do Estado do Ceará
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL-ONU	Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas
DI	Distrito Industrial
DOE	Diário Oficial do Estado do Ceará
DRU	Desvinculação das Receitas da União
EUA	Estados Unidos da América
FDI	Fundo de Desenvolvimento Industrial
FIEC	Federação das Indústrias do Estado do Ceará Ibid. – Ibidem
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
IQAr	Índice de Qualidade do Ar
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto Sobre Serviços
MAPP	Mestrado Profissional em Políticas Públicas
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PLAMEG	Plano de Metas do Governo do Estado do Ceará
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
PTS	Partículas Totais em Suspensão
SESI	Serviço Social da Indústria
UFC	Universidade Federal do Ceará
USEPA	Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	A política pública de renúncia fiscal: a indissociabilidade entre pesquisador e seu objeto de estudo	13
2	DESENHO DO PERCURSO METODOLÓGICO	16
2.1	Procedimentos metodológicos	22
2.2	Procedimentos éticos	24
3	A LÓGICA NEOLIBERAL DO REGIME DE ACUMULAÇÃO COM DOMINÂNCIA FINANCEIRA	25
3.1	A concorrência entre territórios para atrair investimentos: os estímulos fiscais e financeiros	33
4	A POLÍTICA DE RENÚNCIA FISCAL A PARTIR DE TESSITURAS HISTÓRICO- SÓCIO- DIALÉTICAS	40
4.1	Industrialização em solo cearense	47
4.2	Política de Renúncia Fiscal em Maracanaú: objeto em construção	55
5	A GUIA DE CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA DE CAMPO	57
5.1	Gestor municipal	58
5.2	Analista administrativo	66
5.3	Morador das adjacências	71
<i>5.3.1</i>	<i>Águia-real</i>	<i>72</i>
<i>5.3.2</i>	<i>Águia-de-bonell</i>	<i>75</i>
5.4	Trabalhador da indústria	78
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	89
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	96
	APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	97
	APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	98
	APÊNDICE D – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	99
	APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO	100

1 INTRODUÇÃO

De fato, em contexto brasileiro, a industrialização emerge tardiamente quase dois séculos após as potências europeias, visto que ao passo que a Primeira e a Segunda Revolução Industrial ocorriam na Inglaterra (séc. XVIII) e França (séc. XIX), o Brasil atravessava um período de espoliação de riquezas sob o regime de acumulação vigente.

Nessa conjuntura, as tendências modernizantes tiveram seu surgimento aqui, por meio da chegada da família real, predominantemente, na região Sudeste, em virtude do capital oriundo da exportação do café, no século XIX.

Contudo, hodiernamente, há uma pluralidade de indústrias nacionais e internacionais distribuídas por todas as regiões do país.

Contemporaneamente, é perceptível a atuação dos governos estaduais no estímulo à implantação de empresas com atividades industriais em suas dependências, visando dinamizar a economia e proporcionar o desenvolvimento social aos indivíduos.

Data venia, os mecanismos de atratividade dos estados perante o mercado são substancialmente variados, abarcando a concessão de incentivos fiscais, o apoio de infraestrutura e a simplificação do processo de registro das pessoas jurídicas, linhas de crédito a juros atrativos, assessoria organizacional, concessão de áreas públicas para instalação das indústrias e treinamento e formação da mão-de-obra da região,

É firme que, o processo de globalização provoca vicissitudes no ambiente empresarial, reverberando positivamente no aumento do consumo de bens e serviços, em detrimento da geração do emprego formal.

Nesses termos, uma pluralidade de empresas deslocou-se para países subdesenvolvidos, demandando mão-de-obra barata, com baixa especialização, porquanto, o preço e a qualidade são aspectos a serem considerados nas regras do jogo comercial.

Boaventura de Souza Santos (2011) assegura que nas três últimas décadas, os processos de globalização vêm desdobrando-se em escala mundial simultaneamente à sua economia planetária, por meio de falsas ideologias, quais sejam: atravessada pela irrestrita abertura dos mercados, com a priorização de exportações; por meio da redução inflacionária, calcadas em políticas

monetárias/fiscais)¹ e mediante privatizações consoantes às determinações neoliberais.

Acerca da relação entre globalização econômica e neoliberalismo, em contexto mundial, criou-se um novo formato de organização institucional, ou seja, o transnacional que acompanhado de uma nova classe capitalista – que concentra 1/3 do produto industrial do planeta, conduzindo às desigualdades vigentes a nível mundial.

Em suma, aduzimos a necessidade de medidas contra a pobreza, haja vista que ela não é refratária da ausência de recursos. Conquanto, é resultado da má distribuição dos países ricos em relação aos subdesenvolvidos e das desigualdades internas dos países, particularmente, países não desenvolvidos.

Da década de 1950, surgiu a Globalização cultural decorrente da “Virada Cultural”, mudando o foco das ciências sociais. Grosso modo, aduzimos que em decorrência da preponderância da cultura ocidental e dos EUA no sistema internacional, deveríamos denominar ocidentalização ou até mesmo americanização.

Isto posto, mesmo com as convergências provocadas pela globalização, ainda não se pode falar de uma cultura global, tendo em vista as singularidades econômico-sociais que cada nação reflete frente aos fenômenos de contradição entre trabalho e capital.

Face às proposições, sustentamos que a globalização é um complexo processo que acarreta mundialmente em visibilidades e invisibilidades em âmbitos sociais, culturais, políticos, econômicos e jurídicos, frente ao desenvolvimento das forças produtivas que sustentam ideologicamente teorias que legitimam o capitalismo (SANTOS, 2008).

Portanto, a globalização ganhou vida com o advento das políticas neoliberais originadas na Inglaterra de Margaret Thatcher e nos EUA de Reagan e que foram utilizados pelo laboratório no Chile, ainda nos anos 70.

Em verdade que as políticas de industrialização consubstanciam-se engendradas em suas perspectivas, primeiramente versando sobre a oferta de infraestrutura física, visando atender às necessidades do setor industrial como a construção de estradas, a constituição de serviços de água, esgoto, energia, gás, portos e aeroportos.

¹ Políticas Monetárias: Taxa de Juros (Selic) que visam afetar o custo do dinheiro (taxa de juros) e a quantidade de dinheiro (liquidez). Políticas Fiscais: Controle de Gastos (impostos), que afetam as receitas e as despesas públicas.

Por essa óptica, os distritos industriais já contam com toda estrutura para implantação de indústrias.

O segundo aspecto realiza-se pela concessão de incentivos fiscais, que dão, em sua origem à isenção diferenciada de impostos. Por conseguinte, no contexto local, dentre as políticas públicas cearenses para a promoção do desenvolvimento econômico do Estado, sobressaem-se as de incentivo à industrialização, por meio do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI).

É perceptível que o Estado do Ceará, implementa a isenção de impostos, buscando apoiar os parques industriais que reverberem em renda e garantia de desenvolvimento local.

Assim, apoia-se a implantação, a modernização, a realocação e a ampliação de empresas industriais consideradas essenciais para evolução socioeconômica.

A face do exposto, o FDI, que teve gênese com a Lei nº 10.367, de 07 de dezembro de 1979, objetiva sobretudo efetivar o aumento do estoque de empregos formais em contexto cearense.

Em verdade que, a partir de minhas vivências laborais, inserido nas tessituras do Planejamento Estratégico e com políticas implementadas no setor industrial, mais especificamente no Distrito Industrial de Maracanaú, abriu-me um leque de nuances e matizes para avaliar as reverberações da política de renúncia fiscal no Distrito Industrial de Maracanaú.

Esta dissertação tem como objetivo geral avaliar a *política pública de renúncia fiscal*, fomentada no Distrito Industrial (DI), localizado na Cidade de Maracanaú/CE, no contexto do regime de acumulação com dominância financeira, sob a óptica neoliberal.

Logo, desdobram-se em dois objetivos específicos, quais sejam: identificar os impactos socioeconômicos, gerados pelas renúncias fiscais do Distrito Industrial de Maracanaú e compreender a renúncia fiscal como uma vertente da financeirização dos mercados, através da lógica neoliberal do regime de acumulação com dominância financeira.

Nesse condão, levantamos a hipótese que estímulos fiscais e financeiros do Governo do Estado do Ceará e do Município de Maracanaú/CE foram decisivos para atrair investimentos para a expansão do Distrito Industrial.

Entretanto, não há garantia de efetivos ganhos sociais à classe trabalhadora por inexistência de projetos mais ousados que contemplem o binômio capital-trabalho.

Por essas vias analíticas, defendemos que a utilização indiscriminada desses mecanismos estaria favorecendo investimentos motivados unicamente por uma lógica de rentabilidade de curto prazo e enfraquecendo a capacidade de investimentos dos governantes em segmentos cruciais como a infraestrutura e a qualificação da mão-de-obra.

Neste estudo, contamos com a abordagem qualitativa, perfilado pelas pesquisas de campo, documental, bibliográfica e exploratória, por intermédio da técnica de entrevista semiestruturada.

Nessa amálgama, realizamos uma pesquisa em profundidade, posto que adentramos na seara social, econômica, política e cultural, bem como realizamos análise institucional calcadas nas relações de poder e de interesses e valores engendrados nos processos de formulação e implementação da *política pública de renúncia fiscal*.

Assim, entendemos que as políticas públicas de renúncia fiscal, irão reverberar consequências do neoliberalismo que é o contexto mundial a que se encontra estruturada todo o movimento do capital e o regime de acumulação do capital com dominância financeira, perpassando pelos cenários nacional e regional, finalizando a análise em sua aplicabilidade no campo dentro do DI em Maracanaú/CE.

1.1 A política pública de renúncia fiscal: a indissociabilidade entre pesquisador e seu objeto de estudo

O interesse pela investigação dessa temática, interpelou-me, desde minha experiência como funcionário do Sistema “S”, na Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), lotado no setor da Administração do Serviço Social da Indústria (SESI), a partir de meados de 2009, em que cotidianamente, sempre me deparei com o movimento do setor industrial, cenário este que se intensificou quando em 2015, fui transferido para a Unidade do SESI na Cidade de Maracanaú/CE.

Nessa seara, quando eu estava atuando como Coordenador Administrativo-Financeiro e Gestor de duas unidades, vivenciava e vivencio os reflexos das políticas públicas de cunho nacional e seus desdobramentos no âmbito estadual e municipal, com múltiplos olhares voltados ao segmento industrial, em que fui desenvolvendo um

senso crítico-avaliativo, sobretudo com as interrogações que emergiram frente às demandas de minha realidade laboral.

Por esse ângulo, levantamos a hipótese de que a implementação de algumas políticas, ocorrem sem prévio planejamento orçamentário, o que O'Donnell (2010) denomina de *legalidade truncada*.

Outrossim, percebemos entraves da execução das normas quando do acionamento dos órgãos de regulação, independentemente, das esferas. A rigor, foi a partir dos constantes entraves no processo de regulamentação de políticas ligadas ao Meio Ambiente - percebidos durante meu exercício profissional no espaço sócio ocupacional em epígrafe – que me trouxe a curiosidade investigativa.

Dessa forma, naquele contexto de falta da cadeia de fornecedores, indaguei-me sobre como deveria ser dispendioso técnica, estratégica e orçamentariamente, a Política Nacional de Resíduos Sólidos para o Distrito Industrial (PNRS), frente às demandas cearenses e especificamente na cidade de Maracanaú/CE, no tocante ao funcionamento do setor industrial localizado no Distrito Industrial, naquela comarca.

Nessa trajetória, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), emergiu por meio da Lei nº 12.305 de 2010, delineando acerca de diretrizes e princípios, objetivos e instrumentos, concernentes à gestão integrada com fulcro no gerenciamento de resíduos sólidos, enfatizando àqueles sobretudo mais perigosos, tipificando as responsabilidades dos geradores e do Estado.

Dessarte, o ordenamento jurídico, consubstanciado por esse disposto legal, deve orientar as pessoas físicas e/ou jurídicas, de direito público ou privado, que tenham responsabilidade direta ou indireta em relação à geração de resíduos sólidos, além daquelas que desenvolvam ações relacionadas ao gerenciamento e integração de resíduos sólidos (BRASIL, 2010).

Grosso modo, com fulcro em minhas curiosidades e questionamentos sobre o tema, conjugados com anos de trabalho, permitiram-me traçar um projeto de pesquisa, o qual participei do processo seletivo 2019.1, para o Mestrado Profissional em Políticas Públicas (MAPP), da Universidade do Ceará (UFC). Assim, fui aprovado dentre as cinco vagas de livre concorrência, como aluno beneficiário da contratante Associação dos Fiscais do Município de Fortaleza (AFIM).

Em verdade, vislumbro o MAPP como um universo de pensamentos críticos, ligado principalmente a uma corrente contra-hegemônica que traz em seu cerne, novas matizes, responsáveis pela avaliação de uma pluralidade de Políticas Públicas,

aliás contemplando a perspectiva em profundidade, defendida por Rodrigues (2008, 2011, 2016).

Em suma, este olhar em profundidade, chamou-se a atenção, pois posso consubstanciar-me como pesquisador em formação contínua e dialética, construindo um olhar interpretativo em detrimento de visões unívocas ao senso comum, condição que está sendo fomentada cada vez mais dentro do processo de orientação do meu projeto.

Ab initio, a construção deste itinerário acadêmico, tive a prerrogativa premiada das orientações com o Professor Doutor, Carlos Américo Leite Moreira, que também foi orientador da minha Monografia de conclusão do curso de Graduação em Ciências Econômicas.

No transcorrer do processo de orientação, construí uma ponte entre a minha Monografia de Graduação, em que abordei o estado da arte voltado ao processo neoliberal de abertura econômica dos anos 90, e atualmente neste Mestrado tenho a oportunidade de avaliar a política pública de renúncia fiscal.

Nessa amálgama, a convergência de conhecimentos teórico-metodológicos, técnico-operacionais e ético-políticos socializados na graduação e o leque de nuances possíveis, em consonâncias com os componentes curriculares do MAPP, permitiram-me ampliar ideias na construção de um novo *layout* de pesquisa ligado a toda minha experiência laboral em Maracanaú/CE.

Além disso, para a delimitação desse objeto de estudo, foi decisiva a minha relação com um dos pilares do capital no Estado do Ceará, que é a FIEC, organismo dinâmico ligado diretamente ao setor industrial cearense. Desde minha inserção no MAPP, nas aulas vislumbrei debates proporcionados pelos docentes. Dessa forma, esses saberes trouxeram-me âncora para as vicissitudes na construção do meu objeto de pesquisa.

Esta dissertação está dividida em 06 capítulos: sendo que a introdução trará questionamentos, no que tange à natureza das políticas de renúncia fiscal, bem como o seu percurso histórico-político no Estado do Ceará.

O capítulo seguinte, delineará sobre o percurso metodológico para a construção e percurso que será adotada na pesquisa que trabalhará a avaliação da pesquisa bibliográfica, chegando a pesquisa de campo através das entrevistas aos atores ligados diretamente a temática proposta.

O terceiro capítulo mergulha no estudo da financeirização dos mercados, na lógica da acumulação com dominância financeira, onde existe a delinearidade do contexto geral para o particular, iniciando de um cenário Mundial até chegarmos ao particular que é o Distrito Industrial do Município de Maracanaú.

O quarto capítulo adentra no processo de Renúncia Fiscal, de como esta Política Pública é constituída, qual é o papel e estratégias que compõem as atribuições do gestor público. Sua apresentação também parte do contexto mundial para o local, com ênfase ao objeto de pesquisa.

O quinto capítulo é a guisa da pesquisa de campo. Processo realizado com atores que possuem relação direta ou indiretamente a política pública em estudo. A aplicação é realizada através de entrevistas gravadas e consentidas. A construção textual é realizada através de transcrições das entrevistas, fazendo a correlação com a política pública em estudo e com os objetivos da pesquisa.

O último segmento da pesquisa traz as considerações finais, ou seja, o resultado da tessitura entre todo o arcabouço teórico-metodológico com a construção de campo e com o olhar do pesquisador.

É o fechamento da construção baseada no atendimento aos objetivos propostos da pesquisa que é avaliar a política de renúncia fiscal no cenário da abertura econômica do distrito industrial de Maracanaú/CE no contexto do regime de acumulação com dominância financeira.

2 DESENHO DO PERCURSO METODOLÓGICO

O pesquisador dentro do processo de construção tem um papel interrelacional junto aos atores sociais, fazendo a tessitura entre o objeto de pesquisa e as dimensões de envolvimento da política pública.

Portanto, começamos a nos interpelar sobre a qualidade do retorno e investimentos sociais das empresas em relação aos seus benefícios proporcionados pelo Poder Público.

Daí alvitarmos a qualidade de empregos gerados e o desenvolvimento regional e social em todas as suas instâncias. A rigor, faremos um recorte temporal sobre o contexto cearense com a criação do PLAMEG, originado na década e 1980, consolidando-se no decênio posterior.

Partimos da premissa de captação de empresas industriais baseada no jogo de receita e arrecadação futura de ICMS, além de financiamentos para capital de giro com taxas de juros atrativas de período estendido para pagamento, investimento público em infraestrutura voltada nas regiões em que as indústrias se instalassem (terraplanagem, vias de acesso, terminais portuários, rodoviários e ferroviários, assim como malhas de comunicação, dentre outros investimentos).

Demarcamos que esta investigação está revestida de uma abordagem qualitativa, perfilado pelas pesquisas de campo, documental, bibliográfica e exploratória, por intermédio da técnica de entrevista semiestruturada, visto que questionar e criticar os impactos socioeconômicos, gerados pelas renúncias fiscais do Distrito Industrial de Maracanaú é estabelecer a avaliação da política que identifique a validade e a consistência da política e se esta encontra-se aderente ao que se propõem.

Com efeito a pesquisa documental, alvitramos que a destinação de toda a proposta de renúncia fiscal, seja nas esferas nacional, estadual ou mesmo do município de Maracanaú tiveram como caminho subsidiar a “exigência” que seria a geração de emprego e conseqüente renda para a região.

Por essas vias analíticas, a avaliação de políticas públicas tem em sua retrospectiva, um destaque emblemático nas décadas de 1980 e 1990, principalmente, em países como Estados Unidos (EUA), Grã-Bretanha e França, em que o campo acadêmico volta-se para a avaliação em políticas públicas, com ênfase no campo governamental.

Neste campo, a necessidade da administração por resultados, culminou na geração do enfoque gerencial, que surgiu com vigor no Reino Unido (Grã-Bretanha) e nos Estados Unidos depois que os governos conservadores assumiram o poder em 1979 (Margareth Thatcher) e em 1980 (Ronald Reagan).

Na Grã-Bretanha o gerencialismo foi aplicado ao serviço público, imediatamente, após a posse de Margareth Thatcher, gerando uma profunda e bem-sucedida reforma administrativa.

Logo, uma série de programas, como o das Unidades de Eficiência, com relatórios de pesquisa e avaliação e com agências autônomas, contribuindo para tornar o serviço público mais flexível, descentralizado, eficiente e dirigido aos direitos do cidadão. Apesar que em relação ao serviço público britânico tradicional, esse

passou por grandes vicissitudes, perdendo os traços burocráticos e adquirindo características gerenciais (PEREIRA, 2006).

No Brasil, a avaliação de políticas públicas vira temática a partir da agenda neoliberal, ligada à política, avaliações e monitoramentos exigidos por órgãos internacionais como Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), preponderantemente, na forma gerencialista, para subsidiar empréstimos financeiros.

A retórica adotada pelos organismos internacionais, era que países da América Latina que pleiteassem empréstimos, deveriam, dentre outros procedimentos, adotar práticas, na gestão pública, ligadas diretamente ao gerenciamento dos recursos, ao planejamento estratégico da aplicação e nos mecanismos de medição de eficiência e eficácia da Administração Pública.

Butler (1993) e Caiden (1991) caracterizam o modelo de administração pública gerencialista, por meio da obtenção de resultados, da descentralização, da clara definição dos objetivos organizacionais e da maior consciência acerca do valor dos recursos públicos, de modo a maximizar a relação financeira entre os recursos iniciais e os gastos realizados para a produção.

Ou seja, incorporando o valor da eficiência, a clara definição das responsabilidades de cada servidor das agências governamentais, incentivo à criatividade e à inovação, pressupondo que os funcionários públicos são merecedores de certo grau de confiança (*Ibid.*)

A forma gerencialista do modelo neoliberal, era primeiramente centralizadora de decisões no que diz respeito aos *modelos operantes* que vinham das matrizes. Nesse sentido, os gestores públicos e também as empresas instaladas assumiam como resultados das políticas públicas, os resultados das operações, dos mercados, dos segmentos comercial, industrial e de serviços, além dos indicadores de crescimento econômico como resultado do *Produto Interno Bruto (PIB)*, *a balança comercial*, *a taxa de juros e a inflação*, dentre outros mecanismos

Não minimizando o valor dos indicadores gerenciais, mas a academia, de forma a trazer para a discussão outros caminhos, promove o tencionando a este instrumento gerencial, eminentemente quantitativo/interpretativo que não vislumbrava os diversos cenários, ângulos e atores envolvidos.

Nesse viés, verifica-se, nas três últimas décadas, por parte da área acadêmica a necessidade de uma abordagem interpretativa da análise do contexto social,

econômico, político e cultural, haja vista que conforme Yanow (2003, 2004), o método interpretativo leva em conta que o conhecimento produzido, caracteriza-se por múltiplas dimensões, sendo construído a partir de diferentes nuances e fontes de informações.

Dessa sorte, analiticamente, busca-se a integração das diferentes dimensões, de forma a permitir uma melhor apreensão da política, do programa, do projeto ou do fenômeno como um todo.

Diante do exposto, essa necessidade de respostas, conduz-nos a adotar a proposta de Avaliação em Profundidade defendida por Rodrigues (2008), com investigação de caráter qualitativo, seguindo o modelo experiencial proposto por Lejano (2012), considerando pressupostos oriundos da imersão no campo.

Nesse condão, pretendemos com esse percurso metodológico, alcançar as incongruências que possam existir entre a política formulada, sua implementação e com aprofundamentos em seus significados a partir da visão de mundo dos atores sociais envolvidos, sem vislumbrar metas e resultados quantitativos (RODRIGUES, 2008; LEJANO, 2012).

Rodrigues (2008, 2011, 2016) aponta quatro eixos importantes para esse tipo de estudo, a saber: a análise de conteúdo da política, contemplando sua formulação, com atenção aos seus objetivos institucionais; as bases conceituais, ideias e valores que orientam a política; e sua coerência interna; o contexto da formulação, com o levantamento de dados do momento político, situação socioeconômica do momento da sua criação, percorrendo as esferas federal, regional e local; a extensão temporal e territorial alcançada pela política, com o seu percurso pelas vias institucionais e influências sofridas por jogos de poder ou forças locais e sua trajetória institucional da política, tentando entender o grau de coerência ou dispersão ao transitar pelas diferentes esferas institucionais

A avaliação em profundidade mergulha no cerne do processo de pesquisa envolvendo o pesquisador em múltiplos olhares do objeto pesquisado, transcendendo da objetividade simples e palpável quantitativa, trazendo a tradução da linguagem experiencial do campo para dentro da pesquisa, subjetivando a objetividade com questionamentos críticos e criteriosos, abrangendo cenários e contextos que ultrapassam construções fechadas.

Nessa perspectiva, Rodrigues assinala que a avaliação em profundidade concorda:

Com a ênfase dos interpretativistas no lócus empírico como fonte de conhecimentos a orientar os processos de implementação de programas, bem como sua avaliação; na noção de processo como balizadora de toda avaliação, em contraposição à lógica linear presente nos modelos positivistas de análise; e na assertiva de que o conhecimento produzido tem múltiplas dimensões, conclui-se, portanto, que o esforço para desenvolver uma avaliação em profundidade das políticas públicas deve ser empreendido a partir de diferentes tipos de dados e informações: questionários em novos e variados formatos; grupos focais que inovem em relação às propostas tradicionais; entrevistas de profundidade aliadas às observações de campo; análise de conteúdo do material institucional com atenção ao suporte conceitual e às formas discursivas nele expressas; abordagem cultural, com compreensão dos sentidos formulados, em diferentes contextos, sobre um mesmo programa; etc. (RODRIGUES, 2008, p.11).

Nesse ensejo, a construção da pesquisa através da metodologia teórica possibilita estabelecer a criticidade na avaliação de políticas públicas, principalmente, com a ampliação e adoção de múltiplos olhares e não somente a avaliação quantitativa. Desta feita, Gussi e Oliveira (2015) pleiteiam que:

A configuração do campo analítico de Avaliação de Políticas Públicas ganha visibilidade a partir de uma reflexão epistemológica, ou seja, uma reflexão crítica do conhecimento produzido sobre Avaliação de Políticas Públicas, a revelar matrizes teórico-metodológicas em disputa. Alcides Gussi, em suas formulações, sustenta que tais matrizes configuram duas grandes perspectivas: a perspectiva hegemônica, dominante por décadas, compreendendo matrizes tradicionais, de inspiração positivista, direcionadas para a eficiência e eficácia das Políticas Públicas, dentro da lógica do tecnicismo; a perspectiva contra hegemônica, emergente e em construção, que se propõe a avaliar em profundidade, buscando determinações e mediações entre o contexto e a experiência de uma determinada Política Pública, orientada por uma teoria crítica, explicitando a “dimensão política da Política Pública”, no jogo de interesses sociais e de sujeitos (GUSSI; OLIVEIRA, 2015, p.10).

Ao situar o campo epistemológico da avaliação de políticas públicas, urge compreender, inicialmente, o contexto político hegemônico em que se insere o que denominamos de um modelo técnico-formal de avaliação e seus embates.

A avaliação em profundidade, da *política pública de renúncia fiscal* tem ponto de partida, da análise de conteúdo, toda a lógica neoliberal fundamentada no regime de acumulação com dominância financeira demonstrada pela financeirização do capital globalizado, principalmente, nos chamados “mercados subdesenvolvidos”, como é o caso dos países latino-americanos, que a partir de políticas públicas de atratividade destes recursos, promoveram, como é o caso brasileiro uma verdadeira concorrência entre regiões.

A partir do regime de acumulação com dominância financeira, instalado no Brasil, dentro de uma lógica neoliberal, aprofundada no contexto da abertura econômica, na década de 1990, em que processos de desregulamentação, liberalização econômica, políticas internas para tornar o país atrativo para o investimento externo direto e a ausência de regras internas que contribuíssem para que estados e municípios digladiassem-se através de uma *guerra fiscal* cujo objeto sempre foi trazer benefícios ao capital com os recursos públicos, sombreando a sociedade empregos com baixos salários, discreto desenvolvimento da região, cuja consequência é a interrupção da possibilidade da construção de um parque industrial nacional de base.

Isto posto, Cardozo (2010) concebe a *guerra fiscal* como um fenômeno que se realiza ao passo que os estados fortalecem a competição com ênfase na atratividade de indústrias, por intermédio da utilização de instrumentos fiscais. Pela óptica de Milagres (1986), os governos federais, estaduais e municipais realizam incentivos ou estímulos fiscais, visando provocar a expansão econômica de uma determinada região ou atividade econômica.

Dessa sorte, Britto e Cassiolatto (2000, p.1) reconhecem a existência de inconsistências no tocante ao “arcabouço de medidas de política industrial na esfera federal tem estimulado a intensificação da *guerra fiscal* entre unidades da Federação, enquanto fator de concorrência pela atração de investimentos”.

Nessa conjuntura, essa disputa por empresas em seus territórios, tem reanimado os estados a pensar e debater acerca da viabilidade de políticas públicas de desenvolvimento regional, buscando distribuir, de forma mais equânime, as consequências positivas do progresso técnico e do crescimento econômico entre as unidades federativas brasileiras.

A avaliação da política pública, no cenário temporal, ocorre a partir do contexto da abertura econômica na década de 1990 para os dias atuais, mesmo, em alguns momentos, trazendo, uma base teórica, em um contexto pouco anterior, me permitirá concentrar esforços, principalmente no campo, para delinear a visão plural do recorte proposto, traduzindo para a pesquisa os elementos e proposições perseguidos na política.

No âmbito territorial, a pesquisa nos cenários mundial quando trabalhamos a lógica neoliberal e seus tentáculos dentro de um ambiente de concorrência, principalmente com economias como dos países latino-americanos; nacional, através

das políticas, da economia e das decisões tomadas pelo Brasil onde iremos nos concentrar a nível nacional no Brasil, com suas políticas, movimentos econômicos e de subserviência ao capital, e nas formas regionais (Estado e Município), onde a concentração de esforços se dará além da pesquisa teórica a realização da pesquisa de campo.

Todo o processo de abordagem ocorreu, por meio de pesquisa teórica de todo o contexto de implantação da *política pública de renúncia fiscal*, colaborando com a fundamentação do padrão de acumulação financeira, com o modelo neoliberal o qual o Brasil submeteu-se à lógica de exploração do capital, à desapropriação das funções do Estado e à centralização do modelo no mercado, bem como, políticas diretas para os mercados em desenvolvimento, como é o caso do Brasil na América-Latina, a todo o contexto interno de concorrência com a utilização de recurso público através de renúncia fiscal para captação de investimento externo estrangeiro, além de traçar a trajetória da política de renúncia fiscal no Distrito Industrial de Maracanaú/CE.

2.1 Procedimento metodológicos

A avaliação da *política pública de renúncia fiscal* em Maracanaú, foi realizada consubstanciada pela indissociabilidade da teoria, do método e da criatividade (MINAYO, 2016).

Nesse condão, a presente investigação acadêmico-científica recorreremos à pesquisa descritiva e exploratória, objetivando familiarizar-se com o estado da arte (GIL, 2019). Além disso, servimo-nos do estudo de campo, tendo em vista que esse pretende realizar maior” [...] aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis” (Ibid., p.53). *In casu*, o planejamento durante pesquisa de campo caracteriza-se sobremodo flexível, podendo ocorrer mudanças de objetivos durante o itinerário da pesquisa.

No tocante aos procedimentos metodológicos, percorremos a pesquisa bibliográfica para conhecer o estado da arte do objeto de estudo, uma vez que esse tipo de pesquisa configura-se como pré-requisito para o desenvolvimento de outras investigações.

O itinerário acadêmico, configurou-se como uma pesquisa de campo, com duração de 4 meses (agosto a novembro de 2021), posto que em consonância com Gil (2019), esse tipo de busca, consubstancia-se, quando

[...] o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. Também se exige do pesquisador que permaneça o maior tempo possível na comunidade, pois somente com essa imersão na realidade é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado (*Ibid.*, p.53).

Quanto à técnica, utilizamos a entrevista semiestruturada (conforme roteiros em apêndice), visto que diante de sua natureza que oferece maior liberdade para construir conversações sobre o assunto, podendo assim contar com a vantagem de explorar as percepções de cada *grupo de atores* envolvidos. Por essas razões, Gil (2019, p.23) desponta que:

As entrevistas podem ser estruturadas em: informais, focalizadas, por pautas e formalizadas. O tipo de entrevista informal é a menos estruturado e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados. É recomendado nos estudos exploratórios, que visam abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador, ou oferecer uma visão aproximativa do problema pesquisado. A entrevista focalizada enfoca um tema específico, sendo permitido ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas com o esforço do entrevistador para retomar o mesmo foco quando ele começa a desviar-se. É empregado em situações experimentais, com o objetivo de explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas. Também é utilizada com grupos de pessoas que passaram por uma experiência específica, como assistir a um filme, presenciar um acidente, entre outros.

Nessa direção, como forma de ampliar os olhares sobre a *política pública de renúncia fiscal*, o roteiro de entrevista foi dimensionado para 4 grupos de atores que participam de diferentes ângulos na política pública.

As entrevistas ocorreram por uma amostragem qualitativa com a contribuição do Gestor Público do Município de Maracanaú; do representante da Gestão da indústria em função de *staff*¹, de 2 moradores do entorno do Distrito Industrial e de 1 trabalhador.

Grosso modo, essas contribuições serão decisivas para o desvencilhamento dos impactos sociais, geração de renda e de oportunidades para a comunidade local.

¹ Configurando-se como um indivíduo que trabalha coletivamente ou que faz parte de um grupo de trabalho. Ou seja, funcionário em seu exercício laboral.

Ante ao exposto, sobre a entrevista ao segmento de trabalhadores das indústrias, pretende-se desvelar os desdobramentos e impactos da política de renúncia fiscal nas questões salariais, concernentes aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

As entrevistas ocorrem de forma individualizadas, com o objetivo de captar e registrar a real fala dos entrevistados e não através de um grupo onde as informações/opiniões poderiam ser complementadas ou mesmo não refletirem a avaliação/percepção individual.

As entrevistas foram gravadas, com a utilização de recursos audiovisuais, permitindo ao pesquisador a transcrição das informações, bem como, analisar aspectos comportamentais dos entrevistados, podendo, sempre que necessário revisitar o material para melhor construção dos elementos da pesquisa.

A proposta de pesquisa terá sua fundamentação na metodologia de Avaliação em Profundidade da *política pública de renúncia fiscal* quando da apropriação da riqueza do campo e dos múltiplos olhares, onde poderemos de forma crítica e articulada, construir considerações da pesquisa com a tessitura da teoria com o campo e responder aos questionamentos centrais da investigação.

Em suma, embebecidos dos fundamentos teórico-metodológicos, técnico-operacionais e ético-políticos do objeto de estudo em suas múltiplas inter-relações entre as categorias do regime de acumulação com dominância financeira, no modelo econômico brasileiro; da *guerra fiscal* e da *política pública de renúncia fiscal*.

2.2 Procedimentos éticos

Acerca dos procedimentos ético-políticos, a investigação acadêmico-científica ocorreu com toda a discrição necessária à privacidade e anonimato dos sujeitos que assim quiseram. Nessa óptica, os entrevistados foram livres de quaisquer gastos financeiros, preservando a comodidade aos participantes deste itinerário acadêmico.

Outrossim, durante todas as etapas desse processo dissertativo, respeitamos a dignidade da pessoa humana, recusando quaisquer formas de autoritarismo, centralismo e arbítrio nas relações que envolvem pesquisador e entrevistado. Nesse condão, o estudo foi engendrado, respeitando o participante da pesquisa em sua dignidade humana e autonomia indeclinável. Contudo, “reconhecendo sua

vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida” (BRASIL, 2012, p.1). Ademais, desenvolvemos a pesquisa com sujeitos com plena autonomia, visto que pessoas e/ou grupos com alguma vulnerabilidade, não devem ser pesquisados, caso haja possibilidade da “informação desejada possa ser obtida por meio de participantes com plena autonomia, a menos que a investigação possa trazer benefícios aos indivíduos ou grupos vulneráveis” (*Ibid.*, p. 4).

A rigor, realizamos as entrevistas, firmamos o compromisso tácito e verbal de “propiciar assistência a eventuais danos materiais e imateriais, decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso sempre e enquanto necessário” (BRASIL, 2016).

Além disso, comprometemo-nos na garantia da não utilização das informações obtidas na pesquisa em prejuízo dos seus participantes. Nessa *pacta sunt servanda*, concordamos em divulgar os dados desta pesquisa aos sujeitos envolvidos, visto ser compulsória a socialização de resultados com os sujeitos participantes e instituições que contribuíram com o itinerário acadêmico-investigo (BRASIL, 2018), porquanto durante as entrevistas, os depoentes assinaram o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (TCLE), concordando com os aspectos da pesquisa.

A vista do exposto, os documentos assinados estão em nossa posse, posto que enxergamos desnecessário expor a identidade de cada participante, inclusive, sua assinatura para acesso público.

3 A LÓGICA NEOLIBERAL DO REGIME DE ACUMULAÇÃO COM DOMINÂNCIA FINANCEIRA

A criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)¹,

¹ A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, e começou a funcionar nesse mesmo ano. Mediante a resolução 1984/67, de 27 de julho de 1984, o Conselho decidiu que a Comissão passaria a se chamar Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social.

trouxe na agenda internacional o debate acerca do subdesenvolvimento dos países periféricos, o Brasil, caracteriza-se como subdesenvolvido com predominância em sua riqueza natural da biodiversidade.

Isto posto, com fulcro em sua abundância de recursos naturais, havia a propagação que este país tornar-se-ia destaque em sua relevância econômica, equiparando-se aos países desenvolvidos, à razão da presença abundante de *commodities*.

Nessa cognição, Furtado (1967, p.1), a partir de uma leitura de Zweig, tece que:

A imagem de País do Futuro que, com respeito ao Brasil, se difundiu em todo o mundo a partir do livro de Stefan Zweig, e cuja fase mais brilhante foi alcançada com a inauguração de Brasília, referia-se a um País jovem, dotado de imensos recursos potenciais, como uma população em rápida expansão e uma cultura original e vigorosa – resultado da interação de valores europeus, africanos e ameríndios – orientada para a integração do homem moderno no meio tropical.

Diante dessa realidade, vislumbramos o processo de transição entre subdesenvolvimento e desenvolvimento como *devir*, haja vista que essa categorização não é estática, redimensionar-se, por intermédio dos atores sociais que podem contribuir essencialmente para a estruturação nacional do país. Nessa acepção, Nabuco (2000, p.63) profere que:

O subdesenvolvimento, definido como uma etapa não necessária do capitalismo, mas própria de formações históricas específicas, relacionadas de forma subsidiária ao sistema colonial, deve ser superado por meio de uma dialética possibilitadora, em que são atores sociais fundamentais os intelectuais, homens de pensamento, que dispõem de uma racionalidade mais elevada. Estes homens serão responsáveis pela concepção, pela formulação e pela implementação das reformas.

Conforme Caio Prado Jr. (2008, p.25), destaca que em relação à colonização brasileira, progressivamente, as relações entre Portugal e Brasil:

Até quase meados do séc. XVI, encontraremos portugueses e franceses traficando ativamente na costa brasileira com o pau-brasil. Era uma exploração rudimentar que não deixou traços apreciáveis, a não ser na destruição impiedosa e em larga escala das florestas nativas donde se extraía a preciosa madeira.

A face do exposto, o autor aborda sobre a extração dos recursos naturais em solo brasileiro, enfatizando o caráter de colossal destruição dos europeus perante ao

meio ambiente colonial. Por essas vias, os períodos seguintes da História do Brasil serão constituídos.

Em suma, calcada em sua base econômica, o Brasil está atualmente vinculado à extração de matérias-primas (cana-de-açúcar, algodão, café e soja). Por isso, a emergência no estudo das relações entre os processos econômicos e sua indissociabilidade com o setor primário ao longo do desenvolvimento do país.

Dessa sorte, realizarmos a compreensão da provável coadunação entre a subjugação primária econômica e o subdesenvolvimento do Brasil (*Ibid.*). In verbis, Acosta (2016, p.49-50), sustenta que:

O extrativismo é uma modalidade de acumulação que começou a ser forjada em grande escala há quinhentos anos. A economia mundial – o sistema capitalista – começou a ser estruturada com a conquista e colonização de América, África e Ásia. Desde então, a acumulação extrativista esteve determinada pelas demandas das metrópoles – os centros do capitalismo nascente. Algumas regiões foram especializadas na extração e produção de matérias-primas, ou seja, bens primários, enquanto outras assumiram o papel de produtoras de manufaturas. As primeiras exportam Natureza, as segundas a importam. Para tentarmos dar uma definição compreensível utilizaremos o termo extrativismo quando nos referirmos às atividades que removem grandes volumes de recursos naturais não processados (ou processados apenas parcialmente) e que se destinam sobretudo à exportação. O extrativismo não se limita aos minerais ou ao petróleo. Há também extrativismo agrário, florestal e, inclusive, pesqueiro.

Nessa conjuntura, o modelo primário exportador, que dominou o cenário econômico brasileiro até o fim do século XX, reverbera-se e reformula-se como o neoextrativismo, consolidando-se a partir de um novo modelo econômico brasileiro desde o século XXI. Nesse condão, Santos (2012, p.75):

A ampliação da disputa em torno dos bens naturais representa uma consequência incontornável do chamado projeto neoextrativista na América Latina, que compreende ainda um papel ativo do Estado na acumulação de capital e o uso das rendas extrativas como esteio de legitimidade política. No caso brasileiro, em particular, esse projeto centra-se, fundamentalmente, na indústria extrativa mineral (IEM). Em primeiro lugar, esse movimento é condicionado por estruturas de mercado e agentes econômicos. Nesse sentido, o fenômeno do “boom” das commodities, cujo ápice se deu entre 2003 e 2008, constitui um elemento explicativo-chave.

Em suma, a concepção de extrativismo incorpora-se ao processo de extração de bens da natureza, ou seja, *commodities*, engendrado nas demandas socioeconômicas de uma determinada área/região.

Portanto, é evidente a inseparabilidade entre extrativismo e economia, independentemente do modelo extrativista da região, seja para subsistência ou para exportação. Por conseguinte, Homma (2014, p.18) aduz que:

O extrativismo constitui um ciclo econômico de três fases distintas. Na primeira fase, verifica-se um crescimento na extração, quando os recursos naturais são transformados em recursos econômicos com o crescimento da demanda. Na segunda fase, atinge-se o limite da capacidade de oferta, em face dos estoques disponíveis e do aumento no custo da extração, uma vez que as melhores áreas tornam-se cada vez mais difíceis. Na terceira fase, inicia-se o declínio na extração, com o esgotamento das reservas e o aumento na demanda, induzindo ao início dos plantios, desde que a tecnologia de domesticação esteja disponível e seja viável economicamente.

Este novo regime é notadamente caracterizado por transformações no regime concorrencial, com a passagem para um modo de concorrência oligopolista mundial, pela afirmação da esfera financeira, como *locus* privilegiado, de valorização do capital e por mudanças na repartição e na relação salarial.

Estes três fatores se articulam para engendrar transformações importantes nas modalidades de implantação e nas estratégias de produção dos grandes grupos industriais. Estas estão atualmente submetidas a critérios impostos pelos mercados financeiros e agravados pela entrada de investidores institucionais como acionistas dessas empresas.

Nos mercados emergentes latino-americanos, esse novo regime significou o abandono da lógica industrializante observada no modelo de substituição de importações.²

Pós modelo de substituição de importações, engolido pela falta de políticas de promoção, surge o Estado, como base de sustentação e de ampla centralização. Estado este que recebe toda a responsabilidade pela estrutura pesada e arcaica enquanto o mercado emerge como a resposta para todos os problemas dos países do mundo capitalista.

² Ainda na fase de substituição de importações, o Brasil tornou-se uma das maiores vítimas da primeira fase do processo de financeirização, quando as finanças foram primordialmente intermediadas e o capital financeiro foi majoritariamente o capital bancário. Como os investimentos do II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento tinham se tornado possíveis graças ao endividamento externo em contratos estabelecidos a taxas flutuantes, a brutal elevação dos juros internacionais ao final dos anos 1970, patrocinada pelo banco central norte-americano num golpe destinado a resgatar a posição hegemônica do dólar, atingiu em cheio a economia brasileira, minando qualquer possibilidade de uma definitiva ascensão do país ao grupo das nações desenvolvidas.

Todas as mudanças convergem para a transformação drástica da lógica do Estado fomentador do dinamismo industrial e econômico para a lógica neoliberal do mercado no qual o capital torna-se sem fronteiras e com grande demanda por rentabilidade, não encontrando obstáculos e políticas para sua instalação e exploração.

Aplicado as mudanças estruturais, dentro da dinâmica nacional e regional, o Estado do Ceará, fomentando políticas de atração e expansão industrial, apresenta-se como um dos estados com destaque no Ranking de Gestão Tributária, principalmente no quesito da Renúncia Fiscal, como apresenta-se a Figura 1, a seguir, cuja análise traz os anos de 2012 e de 2020:

Figura 1 – Ranking de renúncias fiscais por Unidades Federativas (UF)



As renúncias fiscais constituíram como uma das principais estratégias de atração de investimentos no Ceará em meados nos anos de 1990 e limiar de 2000 - em consonância com apuração da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), em 2012, a 10ª posição no ranking um período em que o Estado desponta no cenário nacional como um ambiente de captação de

investimentos produtivos nacionais e estrangeiros como forma de promover o desenvolvimento regional.

Em 2020, já dentro de um cenário nacional consolidado, mas não menos atraente ao investimento produtivo o Estado destacou-se como a segunda menor proporção do País entre renúncia fiscal e a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo no âmbito estadual (QUEIROZ, 2021).

Vale ressaltar que a tratativa do Ranking não traz o volume de recursos passivos de ICMS dos dois períodos estudados o que traz diversas reflexões e incursões sobre o movimento dos investimentos produtivos.

Uma perspectiva, que se torna crucial analisar é a lógica do regime de acumulação de dominância financeira nos mercados emergentes, considerando uma concepção liberal de Estado amparada sob medidas de desregulamentação financeira, privatizações, reduções fiscais com benefícios substanciais ao capital rentista.

Chesnais (1996), entende a lógica do regime de acumulação de dominância financeira, na condição de nova configuração da globalização, impondo-se progressivamente a partir do início da década de 1980 e afirma-se definitivamente em meados dos anos de 1990.

Dufour (1999), assinala que o mercado, na medida em que exprime o grau de integração dessas economias à dinâmica global, é inseparável das noções de liberalização, desregulamentação e globalização. Por esse ângulo: a liberalização financeira e comercial permite que um país em desenvolvimento, imponha-se como mercado emergente, integrando-se à esfera financeira sem fronteiras, tornando-se mercado para as exportações (*Ibid.*). Por outro lado, a globalização implica e uma constante e crescente convergência destas economias, por via de um processo de produção mundial “como extensão concreta de um mercado de consumo e de produção (como demandante de bens de equipamento)” (*Ibid.* p.9-10).

Nesse sentido, Moreira e Scherer (2002) afirmam que o retorno dos principais países latino-americanos aos mercados financeiros internacionais foi possibilitado por dois motivos principais. De uma parte, as políticas baseadas na liberalização/desregulamentação de mercados, bem como o sucesso dos planos de estabilização relativamente ao controle inflacionário, garantiram um ambiente favorável à retomada do crédito. De outra parte, as reformas ocorridas no setor

financeiro e o maior interesse de parte dos agentes da finança desintermediada permitiram, em conjunto com os fatores anteriormente citados, a extensão de um regime de acumulação sob dominância financeira aos países dessa região.

No caso específico do Brasil, o país seguiu as premissas básicas da cartilha neoliberal do *Consenso de Washington*: disciplina fiscal, em que o Estado deveria cortar gastos e eliminar ou diminuir as suas dívidas, reduzindo custos e funcionários; reforma fiscal e tributária, em que o governo deveria reformular seus sistemas de arrecadação de impostos a fim de que as empresas pagassem menos tributos; privatização de empresas estatais, tanto em áreas comerciais quanto nas áreas de infraestrutura, para garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores; abertura comercial e econômica dos países, diminuindo o protecionismo e proporcionando uma maior abertura das economias para o investimento estrangeiro e desregulamentação progressiva do controle econômico e das leis trabalhistas.

Esse processo de inserção do Brasil no capitalismo financeirizado já se apresenta na fase de Substituição de Importações. Como destaca Paulani:

O Brasil tornou-se uma das maiores vítimas da primeira fase do processo de financeirização, quando as finanças foram primordialmente intermediadas e o capital financeiro foi majoritariamente o capital bancário. Como os investimentos do II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento tinham se tornado possíveis graças ao endividamento externo em contratos estabelecidos a taxas flutuantes, a brutal elevação dos juros internacionais ao final dos anos 1970, patrocinada pelo banco central norte-americano num golpe destinado a resgatar a posição hegemônica do dólar, atingiu em cheio a economia brasileira, minando qualquer possibilidade de uma definitiva ascensão do país ao grupo das nações desenvolvidas. O Brasil constituía parte substantiva da demanda que faltava a um copioso volume de riqueza financeira em busca de aplicação num mundo em recessão aberta, e agora pagava por isso um elevado preço. Naquele momento, o início dos anos 1980, apesar da renitência da inflação, o Brasil era o retrato de uma economia plenamente industrializada e relativamente sofisticada, mas vitimada pela marcha acelerada do processo mundial de financeirização. (PAULANI, 2012, pg.2)

Essa lógica de financeirização se intensifica na década de oitenta e se consolida na década de noventa. De fato, nos governos de Sarney, Fernando Collor de Melo e Itamar Franco, começa-se a convergir os interesses nacionais com o Capital externo, através de movimentos internacionais promovidos pelas Economias Dominantes capitaneadas pelos Estados Unidos da América (EUA). Calixtre e Fagnani (2018), chamam a atenção para o fato de que:

A contrarreforma prosseguiu entre 1992-94 durante o governo do presidente Itamar Franco. Dentre as múltiplas manobras, destacam-se a Emenda Constitucional que implantou o “Fundo Social de Emergência” (atual Desvinculação das Receitas da União – DRU), capturando 20% das fontes de financiamento da política social constitucionalmente assegurada em 1988. Após o restabelecimento das condições para os fluxos internacionais de capital – conhecido como Plano Brady (1989), implantado pelo Brasil em 1994, logo antes do Plano Real – a dívida pública brasileira converteu-se pelo processo de securitização em valores mobiliários internacionais, cuja nova ligação era garantida por alta taxa de juros. Com o “êxito” do Plano Real, o nascente Estado Social brasileiro estava com seus dias contados. Criou-se uma condição restritiva por meio da necessidade de altas taxas de juros para manter os níveis de lucratividade financeira interna e, inicialmente, inclusive garantir a paridade do câmbio. Isto restringia a capacidade de ação da autoridade monetária, além de reduzir a margem de manobra da política fiscal e do gasto público (CALIXTRE & FAGNANI, 2018).

O Consenso de Washington tornou-se, dessa forma, uma verdadeira “receita de bolo” para a execução das premissas neoliberais em toda a região latino-americana, que acatou as suas ideias principalmente pela pressão e influência exercidas pelo governo dos Estados Unidos e por instituições como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

A arrancada neoliberal verificada no Brasil pode ser entendida como uma resposta à crise do modelo de substituição de importações. Para Filgueiras e Gonçalves (2007) o neoliberalismo, no Brasil, se configura como liberal periférico. Liberal, pela natureza das reformas que o constituíram, privatização e desregulação do mercado de trabalho, e periférico, por ser uma forma específica de realização da doutrina neoliberal, sobretudo, por interferir em um país dependente. Somos tributários desta definição, uma vez que entendemos ser este um modelo que prima pela perda da soberania nacional através da diminuição da participação do Estado na economia, o que amplia as possibilidades de exploração da força de trabalho.

“A vulnerabilidade externa adquire agora uma nova forma, que se deve tanto ao crescimento do passivo externo e à necessidade crescente de financiamento da conta corrente quanto ao aumento da mobilidade do passivo externo e dos estoques de riqueza internos. Ou seja, a maior mobilidade dos capitais, internos e externos, deixa o país mais suscetível a crises decorrentes de fugas de capitais (MACHADO, 2011, p. 3)”.

Paulani (2012) traz em sua publicação “A dependência redobrada”, o caminho promovido pelo Brasil Globalizado que resultou principalmente na dominância financeira e desestruturação do setor industrial.

Evidentemente, isso não ocorreu sem consequências do ponto de vista de nossa inserção produtiva. Como afirmou acertadamente em entrevista recente o professor Gabriel Palma, da Universidade de Cambridge, ao optar pela dupla juro alto/câmbio apreciado, o governo brasileiro escolheu as finanças, as commodities e os serviços e desdenhou e prejudicou a indústria, que seria beneficiada pela política oposta. O boom experimentado no preço de várias das commodities em função do efeito China já seria por si só suficiente para forçar uma mudança nessa direção, empurrando de volta a economia brasileira para a indesejada posição de país produtor de bens primários e de baixo valor agregado. Ao optar conscientemente pela política econômica que atendia primordialmente aos interesses do capital financeiro, os governos que se sucederam desde os anos 1990 jogaram mais água nesse moinho e promoveram um grande retrocesso no perfil produtivo de nossa economia. O resultado é que a desindustrialização e a reprimarização da pauta de exportações do país constituem hoje uma dura realidade. A começar pelo próprio setor automotivo, cadeias produtivas inteiras foram esvaziadas, fazendo nossa indústria trabalhar atualmente mais ao estilo das maquiladoras mexicanas, que simplesmente montam um sem-número de peças e componentes importados, do que como uma verdadeira indústria, capaz de produzir valor agregado e andar em linha com o desenvolvimento tecnológico mundial. Os setores mais dinâmicos desse último ponto de vista, como os de bens de capital, equipamentos eletrônicos e química e farmacêutica, foram justamente os que mais sofreram. Quanto à reprimarização da pauta de exportações, os dados falam por si. Em meados dos anos 1970, a participação dos produtos industriais e bens de capital nas exportações brasileiras eram de 38%, tendo atingido quase 70% no início dos anos 1990, para alcançar 2010 com 47%. De outro lado, a participação dos produtos básicos, que era de cerca de 60% em meados dos anos 1970, reduziu-se a 25% no início dos anos 1990, para alcançar 2010 com 45% (PAULANI, 2012).

A consolidação do modelo liberal periférico no Brasil implicou no acirramento do processo de concorrência entre os estados brasileiros por investimentos.

3.1 A concorrência entre territórios para atrair investimentos: os estímulos fiscais e financeiros

Segundo Scherer; Moreira e Castilhos (2001), a competição entre territórios explica, parcialmente, esta evolução em direção a uma liberalização dos investimentos nacionais e estrangeiros. Nenhum país/região deseja possuir uma legislação mais restritiva que os outros, o que gera uma verdadeira corrida em direção ao desmantelamento das exigências e dos regulamentos que poderiam ser percebidos como hostis às empresas.

A exigência para atratividade do investimento não se resume apenas ao aspecto legislativo nacional e regional. A condição de atratividade, trazida pelos

autores, também ressalta que a estabilidade econômica e política é considerada a principal condição para estimular a entrada dos investimentos.

Essa nova lógica tem como propósito reduzir as incertezas que determinam as decisões de localização das grandes empresas nacionais e estrangeiras. Outros fatores são igualmente considerados importantes para garantir um contexto favorável aos investimentos: liberdade dos movimentos de capitais e de câmbio, legislação social, estrutura fiscal, facilidades administrativas, direitos de alfândega, sinais positivos em relação à livre iniciativa, segurança para os dirigentes (MICHALET, 1999).

Compreendidas no âmbito Global as mudanças da nova lógica agora neoliberal precisamos trazer um parâmetro para o continente latino-americano para fundamentarmos porque a nova lógica neoliberal obteve espaço para sua implantação.

O modelo industrial implantado na América Latina teve seu ápice e declínio entre as décadas de 1940 a 1970, tendo economias sendo submetidas ou incorporadas aos modelos dominantes, como é o exemplo do México, e economias como o Brasil que sofreram o processo de desindustrialização e reprimarização da pauta de exportação sendo reduzido a commodities de bens agrícolas, metálicas e produtos industriais com baixo valor agregado.

Para Moreira (2014), nessa dinâmica, o capital nacional privado concentra-se nos ramos do comércio, da agroindústria, e da indústria alimentícia, com participação importante na mineração, na eletrônica e no setor elétrico. Já o capital estrangeiro está presente em praticamente todos os segmentos, com destaque para os segmentos automobilístico e de autopeças e eletrônica.

Segmentos como petróleo e gás, mineração e energia elétrica, foram os únicos que prevaleceram com pequeno desenvolvimento industrial com administração Estatal e participação de capital estrangeiro.

Durante a década de 1980, apareceu uma nova expressão designando os mais inseridos países periféricos, aquela de “mercado emergente” (MOREIRA & SCHERER, 2002).

O regime de acumulação com dominância financeira estabeleceu-se principalmente com a elevação das taxas de juros reais, aprofundando o abismo industrial, promovendo ainda mais o processo de desindustrialização/reprimarização, enaltecendo ainda mais a pauta exportadora brasileira para produção de commodities

que geraram excedentes comerciais com o resultado de superávit na balança comercial brasileira.

O duplo processo de reprimarização/desindustrialização da economia brasileira parece confirmar a tese da constituição de um novo padrão exportador de especialização produtiva que marca o fim do modelo industrial que prevaleceu no regime de acumulação substitutivo de importações. Nesse novo momento, observa-se “uma destruição importante de indústrias ou então seu reposicionamento no projeto geral, processos que foram caracterizados como de desindustrialização (OSORIO, 2012, p.106).

Toda a transformação política, econômica e social vivenciada pelos países latino-americanos e no nosso caso específico, o Brasil, e mais incorporado ao tema da pesquisa, o Ceará e o Município de Maracanaú, foram reflexos da nova ordem global do capitalismo neoliberal.

No caso brasileiro, Estados e Municípios, estimulados pela Constituição de 1988, e pela abertura comercial e financeira, ganharam autonomia para fomentar projetos de modernização produtiva de suas regiões, mas sem critérios estabelecidos, o que contribuiu para adoção de políticas públicas de curto e médio prazos sempre ligados a renúncia fiscal para captação de investimentos, tornando a *guerra fiscal* uma disputa canibalística. Nessa seara, Pereira (2008, p.106) tece que:

Caso a reforma tributária seja aprovada nos moldes em que foi apresentada pelo Ministério da Fazenda, a guerra fiscal praticamente se extinguirá, pois a cobrança do ICMS se dará no local do consumo. Para reduzir as perdas com incentivos fiscais, sugere-se a criação de políticas de desenvolvimento regional que envolvam a União como gestora do processo e estabeleçam regras para proteção dos interesses gerais do País e um desenvolvimento social isonômico, focando com maior ênfase as regiões mais pobres.

A disputa agressiva pelos investimentos que voltaram a fluir para o Brasil na década de 1990 é consistente com essa abordagem, uma vez que a prosperidade de cada região vem sendo cada vez mais percebida como dependente da capacidade de cada localidade de se dedicar a estratégias competitivas efetivas para atrair novos empreendimentos. Por estarem despreparados regionalmente e sem parâmetros nacionais, Estados e municípios politizaram a competição por novos investimentos, deflagrando, assim, uma disputa interterritorial. (COX & MAIR 1988; CHESHIRE & GORDON 1996; BUDD 1998; RODRÍGUEZ-POSE & ARBIX, 2001).

Esta disputa interterritorial foi denominada *guerra fiscal*, por estar baseada no jogo com a receita e a arrecadação futura do ICMS. Envolvendo, porém, diferentes taxas e financiamento para capital de giro e infraestrutura, dentre elas terraplanagem,

vias de acesso, terminais portuários, rodoviários e ferroviários, assim como malhas de comunicação e mesmo a diminuição das tarifas de energia elétrica (ARBIX, 2002).

Nos municípios, as taxas de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e de Imposto Sobre Serviços (ISS) foram oferecidos por até trinta anos. A consolidação de polos industriais em regiões periféricas está associada a essas políticas de renúncia fiscal, com impactos significativos no processo de desconcentração industrial.

Por outro lado, a concorrência entre os Estados na forma de *guerra fiscal* representou um enorme desperdício de recursos públicos dos governos diretamente envolvidos no processo de concorrência para atrair investimentos.

Todos estes incentivos fiscais e financeiros, na forma direta através de investimentos e subsídios e de forma indireta por meio de renúncias financeiras para os cofres públicos permitiram aos investidores acumular recursos financeiros que não necessariamente retornavam como estímulo produtivo, sendo em muitos casos remetido ao mercado financeiro através de instituições financeiras a taxas de juros atrativas, alimentando o processo de acumulação rentista.

O momento do investimento externo direto, a financeirização do mercado, a busca de vantagens competitivas fez com que estados e municípios brasileiros submetem-se a uma “guerra através de capitais”, onde as renúncias e benefícios estendidos a multinacionais traduziam-se em geração de empregos de baixa qualificação e remuneração, além do fechamento das indústrias de transformação nacionais que não tinham poder de competição, “empurrando” o modelo nacional a desindustrialização, bem como, a reprimarização, em todos os segmentos das cadeias produtivas.

A nível estadual e municipal, a *política pública de renúncia fiscal*, consubstancia-se com concessões e investimentos com foco na entrada das multinacionais de capital estrangeiro direto.

Essas foram estratégias tomadas para captação de recursos, sendo que os entes federados das diversas regiões brasileiras instituíram, até mesmo como sobrevivência, já que o modelo estatal de desenvolvimento industrial e do mercado interno tinha sido extinguido, negociações estratégicas com robustos planos com renúncia de dinheiro público. Nesse enfoque, o modelo de negociações foi denominado *guerra fiscal*, próxima categoria que vamos estabelecer conexão para continuidade da construção da pesquisa.

É nesse contexto de incentivos fiscais e financeiros para atrair investimentos que o Estado do Ceará elabora o Plano de Metas do Governo do Estado do Ceará (PLAMEG) que teve como foco a política de renúncia fiscal para estimular a entrada de empresas no Estado do Ceará, originou-se no início da década de 1980, mas foi intensificada a partir da década de 90, no contexto do neoliberalismo econômico.³

Já no âmbito Municipal, a criação do Distrito Industrial de Maracanaú, o Estado do Ceará, através da Lei 10.367, de 07 de dezembro de 1979, publicada em 13/12/1979 no DOE (Diário Oficial do Estado do Ceará), que tem como principais alicerces políticas de atração para criação de pólos industriais no Estado do Ceará, em concorrência a Estados como Pernambuco e Bahia, através de adoção de incentivos que poderiam alcançar a ordem de 75%, para, “implantação, funcionamento, realocização, ampliação ou recuperação, sob a forma de subscrição de ações, participações societárias e empréstimos (CEARÁ, 1979)”.

Ressalta-se para tipificação da amplitude e profundidade da *política pública de renúncia fiscal* e do cenário de *guerra fiscal*, estabelecida nos artigos 4º e 5º da Lei 10.367/79:

Artigo 4º da lei de criação do FDI, seus recursos provêm: a) de origem orçamentária, até o montante de dez por cento (10%) da receita do ICMS, segundo as possibilidades do Tesouro Estadual; b) empréstimos ou recursos a fundo perdido, oriundos da União, Estado e outras entidades; c) contribuições, doações, legados e outras fontes da receita que lhe forem atribuídas; d) juros, dividendos e outras receitas decorrentes da aplicação de seus recursos (CEARÁ, 1979).

Artigo 5º: São consideradas operações do FDI: a) aquisição e alienação de debêntures conversíveis ou não em ações e de quotas de empresas industriais com sede, foro e com domicílio fiscal no Estado no Ceará; b) concessão de empréstimos a médio e longo prazo às empresas industriais com sede, foro e domicílio no Estado do Ceará (CEARÁ, 1979).

Percebe-se que a captação das indústrias traz uma falsa sensação de desenvolvimento que precisa ser avaliado no transcorrer da pesquisa, principalmente porque precisamos responder aos questionamentos propostos.

³ Atrelado as políticas neoliberais amplamente difundidas pelas economias latino-americanas, não podemos deixar de citar o papel articulador e influenciador dos Estados Unidos da América e pelas instituições como o FMI – Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD). Os Estados Unidos como superpotência, com grande volume de consumo das commodities brasileiras utilizava-se da relação unilateral para que a economia brasileira, na década de 90 abrisse as portas e se integrasse ao cenário global. Os Bancos e o Fundo Monetário Internacional eram fomentadores de recursos para a promoção do “desenvolvimento brasileiro” desde que o país promovesse as reformas difundidas pela Consenso de Washington. A ação de socorro através de empréstimos era uma das formas de pressionar as economias latino-americanas na promoção das reformas e o Brasil era o principal cumpridor dos acordos. O Plano de estabilização da Economia, ou Plano Real, é um Projeto que tem como alicerces a atração do capital externo, as políticas de ascensão do Brasil ao cenário internacional e a aproximação ainda maior com os Estados Unidos da América.

O Estado de concessão das “coisas” ou *Estado ajustador*⁴ dentro do propósito da discussão foi fundamental para a constituição do regime de dominância financeira, estando em contraposição e imposição das forças, de um lado a força do capitalismo neoliberal com políticas de indução ao crescimento do distrito industrial através do uso de políticas públicas de renúncia fiscal e concessão de terras que dentro da visão traria a implantação do parque industrial de Maracanaú/CE, que relativamente foi o que aconteceu nas décadas de 1960 e 1970, criando uma órbita custeada pelo Município e pelo Estado onde Indústrias têxteis, metal-mecânicas, farmacêuticas, agrícolas e de bebidas, se instalaram na região trazendo o povoamento da mesma com a criação de uma circunvizinhança.

Dessa forma, Paulani (2012, p. 97) corrobora nas tessituras de que, contemporaneamente, “a economia brasileira é hoje uma economia financeirizada com um acelerado processo de centralização de capitais e completamente integrada ao capitalismo rentista dominante”.

Com fulcro nas aludidas assertivas, Gonçalves (2013) enfatiza que a economia no *Modelo Liberal Periférico* (MLP) brasileiro, consubstancia-se engendrada em um tripé de dominação-acumulação-distribuição, calcado em um sistema político substancialmente corrupto e clientelista, que transcende as relações entre grupos dirigentes e setores dominantes.

Por conseguinte, são cooptados sindicatos, entidades estudantis e grupos sociais no campo da pobreza absoluta e da miséria, dentre outras categorias representativas. Em suma, trata-se de recorte social-liberalista calcado no patrimonialismo e na fragilidade da sociedade civil.

Sumariamente, as características MLP são marcantes pela liberalização; privatização; desregulação; subordinação; vulnerabilização externa estrutural; dominância do capital financeiro e padrões específicos de dominação, além da acumulação e distribuição. Nesse ensejo, no tocante ao padrão de dominação, acumulação e distribuição, o autor assevera que:

⁴ Carvalho, (2014) denomina o *Estado ajustador* como um mecanismo econômico em que o Poder Público ajusta e é ajustado conforme as preponderantes demandas do capital. Logo, a autora considera que o Brasil nas décadas de 1990 até 2002, adentrou na agenda neoliberal implementando a cartilha do *Consenso de Washington*, aliás deflagrando e consolidando o ciclo brasileiro de ajuste, sob viés tardio, intensivo e dependente.

[...] envolve pacto dos grupos dirigentes com os setores dominantes (empreiteiras, bancos, agronegócio e mineradoras) que aumenta a concentração de riqueza e poder. O padrão de acumulação envolve, além de baixas taxas de investimento, o deslocamento da fronteira de produção na direção do setor primário-exportador. Por fim, o padrão de distribuição limita-se à redistribuição incipiente da renda entre os distintos grupos da classe trabalhadora de tal forma que os interesses do grande capital são preservados (*Ibid.*)

Com precisão, a produção que nos chama atenção é que novamente construímos bases teóricas que por si só alicerçam a resposta às questões de base da política pública que as todo o Plano econômico, as Leis Nacionais, do Estados como o Ceará e do Município de Maracanaú (para o DI – Distrito Industrial), não trouxeram o desenvolvimento Regional já que as indústrias instaladas não são de base, não há transferência de tecnologia, a mão-de-obra é de baixa remuneração e todo o entorno do próprio DI – Distrito Industrial de Maracanaú margeiam a própria Indústria não trazendo desenvolvimento social.

Os recursos da Política pública são finitos e no seu âmbito de utilização o foco não é para a população e sim para o setor industrial (para o capital).

Nessa empreitada Furtado (1967) profere que, em virtude da empresa capitalista está ligada à região em que se localiza como um agente principal de criação de salários, seria interessante que esses rendimentos pecuniários lograssem êxito no tocante à provocação de mudanças na estrutura econômica.

A relação dos trabalhadores com a produção, ocorre por meio de uma relação de mão-de-obra intensiva, com baixa escolaridade, engendrada na linha de produção, com movimentos repetitivos, baixos salários e pouca capacidade de crescimento.

Isto dito, os trabalhadores formam um exercido industrial com poucos conhecimentos no tocante aos seus direitos e garantias trabalhistas. Em suma, o povoamento consolidou-se com a formação de bairros no entorno das indústrias para que não houvesse perda de tempo com deslocamentos.

Situação similar de um caso concreto trata do atual do encerramento das atividades da Ford-Troller no Ceará (Cidade de Pacajús) é importante avaliarmos a relação direta de toda a renúncia fiscal para instalação e permanência da Fábrica na região e o que a mesma está deixando com o encerramento de suas atividades. É percebido que existe o impacto direto do emprego e da renda na região, principalmente pela dependência a uma só multinacional âncora na região.

Para Sherer, Moreira e Castilhos (2000), as políticas vão consistindo em estimular os investimentos em direção às regiões menos desenvolvidas graças a estímulos fiscais são frequentemente condenadas ao fracasso. Estas políticas, entretanto, não podem suprir as deficiências em termos de vantagens de localização. São, de fato, incapazes de reduzir as desigualdades em termos de “atratividade”. Na realidade, fazem somente enfraquecer a capacidade de investimento dos governantes em setores importantes como a infra-estrutura e a qualificação da mão-de-obra.

A atratividade das indústrias nacionais e multinacionais no DI – Distrito Industrial de Maracanaú seguiu a lógica da promoção do desenvolvimento regional, patrocinado de volumes de recursos públicos que não entraram nos cofres públicos e não tiveram a oportunidade de serem investidos em outros programas.

A relação direta foi a geração de empregos com baixos salários e exploração da força de trabalho, e de fomento a remuneração do capital dentro de uma lógica rentista, já que as indústrias instaladas direcionavam parte do capital que deveria compor o investimento produtivo, para o setor financeiro.

As políticas públicas geridas pelo Gestores, no Município, sempre tiveram como interesse a promoção em volume de empregos com baixos salários, para promover o aumento da base eleitoral, perpetuando campanhas de reeleição da família tradicional da região ou mesmo de quem houvesse indicação.

4 A POLÍTICA DE RENÚNCIA FISCAL A PARTIR DE TESSITURAS HISTÓRICO-SOCIAIS

As políticas de incentivo a industrialização em contexto brasileiro, despontam na década de 1930, a exemplo da política de substituição de importações obedecida durante essa época, sendo aprofundadas nas décadas de 1950/1970, tendo como objetivo substancial a promoção do desenvolvimento econômico nacional, a partir da idealização e implementação pelo Governo Federal. Nesse sentido, conforme Pontes, Cambota e Biderman (2010. p.3), observa-se que a atuação da União

[...] pode ter influenciado os governos estaduais a adotarem políticas semelhantes, como exemplo, pode-se citar os casos do Ceará e do Rio Grande do Sul que, ainda na década de 1970, lançaram políticas de incentivo a industrialização cujo principal objetivo era a promoção do desenvolvimento econômico de seus territórios.

A rigor, as *políticas de incentivo fiscal* implementadas pelos entes federativos têm como proposta atrair investimentos de empresas multinacionais/nacionais para suas regiões.

De uma forma geral, a *política de renúncia fiscal* parte da lógica, que autoridade pública constituída aprova incentivos fiscais e financeiros para atrair investimentos, com o propósito de promover o desenvolvimento regional. Em contrapartida o gestor público elabora critérios que as empresas devem atender para enquadramento na concessão.

O Estado do Ceará, a partir do término da primeira fase da execução das políticas promovidas pelo FDI, com a Lei nº 10.367/79, que adentra na década de 90, seguindo a sua fase posterior: de 1995 até 2002, trazendo o modelo de Renúncia Fiscal para estimular a entrada de empresas do setor produtivo no Estado.

Com efeito, a política de *Atratividade* era baseada em reduções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Governo do Estado do Ceará. *Pari passu*, que Maracanaú promovia políticas de fomento, via infraestrutura rodoviária e doação de terrenos públicos. À face do exposto, Amorim e Lima (2014, p.1), realizam uma incursão, ao entender que:

A renúncia de receita pública pode se apresentar como um instrumento positivo ou negativo para a sociedade, dependendo do modo como se dá sua utilização. Por essa razão seu estudo tem se mostrado cada vez mais relevante. Com esse propósito, a Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), trata sobre o tema, conceituando e limitando o instituto da renúncia de receita.

A primeira fase de atratividade de indústrias no Ceará, ocorre por volta dos anos 1979-1995, em que o benefício de ICMS era da ordem de 75% para as empresas instaladas no interior do Estado e de 60%, quando implantadas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Dessa forma, todas as empresas usufruíam da prerrogativa de 36 meses de carência (CEARÁ, 1979).

Nesse sentido, para a promoção da desconcentração industrial da RMF, cujo foco é o tempo de disponibilidade do benefício, há variações em quatro raios econômicos, que denominaremos de R1, R2, R3 e R4, visto que:

O primeiro Raio Econômico (R1) é a própria RMF; o segundo raio (R2) corresponde aos municípios situados a até 300 quilômetros da RMF; o terceiro raio (R3) é formado pelos municípios que distam entre 300 e 500

quilômetros da RMF; e, por último, o quarto raio econômico (R4) é composto pelos municípios distantes a mais de 500 quilômetros da RMF. Baseado nas distâncias estabelecidas, foram determinados os abatimentos do ICMS e os prazos de durabilidade dos empréstimos feitos pelo FDI junto às empresas. As empresas que se instalassem no raio econômico 1 (R1) tinham até seis anos para utilizarem estes benefícios; as localizadas no raio econômico 2 (R2) recebiam 10 anos; as do raio econômico 3 (R3) recebiam 13 anos e, finalmente, as empresas presentes no raio econômico 4 (R4) recebiam 15 anos de prazo. Em todas as situações havia uma carência de 36 meses (CEARÁ, 1995, p.15).

Em complementação à Política de Renúncia Fiscal, outros mecanismos e instituições também atuaram no suporte da política de desenvolvimento industrial no Estado do Ceará, como o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), que concedeu benefícios às pequenas, médias e grandes empresas, mediante incentivos fiscais e financeiros; ações de incentivo à infraestrutura, por meio de doação de terrenos, rede de comunicação e sistema de tratamento de esgoto; linhas de créditos, concedidas por instituições como o Banco do Estado do Ceará (BEC), Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de suporte técnico, jurídico e assessoria empresarial. Nessa citação, Nurkse (1957) sustenta veementemente que:

“...os incentivos fiscais não são suficientes para gerar crescimento significativos, em razão da baixa competitividade dos produtos da indústria nascente, de um mercado interno incipiente e da pequena produtividade dos fatores. Para Nurkse, o aumento da produtividade média, conseguida com investimentos em tecnologia, infraestrutura e regras claras, é fundamental para um país que é “pobre porque é pobre” o deixe de ser...”.

A face do exposto, no tocante a incentivos fiscais, Prebisch (1949) sustenta que os mesmos podem ser adequados em um processo de atração de investimentos em determinadas regiões. Existem também, correntes divergentes, reiterando que esse tipo de arranjo pode concentrar suas inversões em capital, reverberando na baixa geração de empregos e na reduzida concentração de renda. Soderstern (1979), realiza a contundente defesa que, políticas de substituição de importações também empregam incentivos fiscais, atraindo investimentos e empregos. Em contrapartida, haverá concentração de capital e pouca utilização de mão de obra, além do desperdício de recursos tributários, mesmo com as possibilidades de frutificação de alguma industrialização marginal.

Nesse bojo, a política de renúncia fiscal no Distrito Industrial de Maracanaú/CE, amparada por força de Lei Estadual, teve pelo menos nove anos de incentivos de

renúncia de recursos oriundos de impostos, ou seja, dinheiro público deixado de arrecadar para fomentar a política pública além de efetiva participação do Município de Maracanaú/CE na utilização de recursos para estruturar a malha viária, na concessão de terrenos e na isenção e facilitação da instalação das indústrias no Distrito Industrial. O propósito era aumentar de forma exponencial o direcionamento dos recursos públicos para atendimento ao segmento da elite do capital dentro da lógica neoliberal.

A pesquisa se fundamentará na investigação das categorias analíticas para a compreensão do contexto em que a política está inserida. O processo de investigação e de compreensão possibilitará ao pesquisador fazer a inter-relação, a tessitura de toda a rede de sistemas, decisões, problematizações, atores sociais, objetos e objetivos, os quais a política está inserida.

As categorias fundantes como regime de acumulação, modelo econômico brasileiro, política de renúncia fiscal, *guerra fiscal* serão determinantes para avaliar a consistência, integridade, perenidade e atualidade da política de incentivos fiscais e financeiros do governo do Estado do Ceará e do Município de Maracanaú.

Apresentar as Categorias fundantes da pesquisa será o caminho para o entendimento do contexto o qual encontra-se inserido o Distrito Industrial de Maracanaú/CE, como também a política de renúncia fiscal, dentro do recorte de tempo/espço da década de 90 caracterizada por um amplo processo de abertura comercial e desregulamentação financeira, cuja tessitura está ligada diretamente ao regime de acumulação com dominância financeira.

Todo o contexto de liberalismo econômico, desregulamentação dos mercados e abertura ao capital estrangeiro, permitiu que países, como o Brasil montasse estratégias de curto e médio prazo para atrair empresas de outras regiões/países.

A contrapartida da Política de Renúncia Fiscal estaria relacionada a geração de emprego e renda, ao desenvolvimento econômico e social regional e a geração de uma cadeia produtiva, alinhada verticalmente com as empresas instaladas.

No Estado do Ceará, a política de renúncia fiscal parece não ter contribuído positivamente para expandir os níveis de emprego de qualidade. No caso específico do Município de Maracanaú, a criação e consolidação de um polo industrial na cidade gerou empregos em postos de pouca qualificação e baixa remuneração, em contrapartida a mão-de-obra especializada ou de alta governança é constituída de pessoas de outros estados (principalmente Sudeste e Sul) e de outros países.

Outro fator importante é que por trás de toda a constituição do Distrito Industrial de Maracanaú existe um forte contexto político de perpetuação no poder, além do fato dos grupos industriais não reinvestirem na região o que deixam de repassar para os cofres do município.

A Política de Renúncia Fiscal no DI de Maracanaú, da forma que foi constituída e implementada, apresenta-se uma perspectiva de não participação da sociedade maracanauense, na definição das políticas públicas e nas estratégias para o desenvolvimento de outros setores como saúde e educação.

Nesse acórdão, percebe-se um motivo da não sustentabilidade da Política que ainda foi complementada com benesses municipais de doações de terrenos, construção de infraestrutura rodoviária interna e externa para escoamento da produção.

A perpetuação do grupo político regional é o cenário mais correto que a *política pública de renúncia fiscal* serviu para outros propósitos, além do seio do capital industrial, instalado na região, dentro de uma região onde o contexto, social, de segurança pública, carecem até hoje do desvio de finalidade promovido pela *política pública de renúncia fiscal*, contexto este que no percurso da construção da Dissertação ficará claro com as entrevistas, principalmente com os Gestores Industriais e Secretário de Governo, como também com os operários do “chão de fábrica” e moradores do entorno do DI – Distrito Industrial de Maracanaú.

Ao definirmos as categorias, preciso, como pesquisador, articulá-las com as perspectivas metodológicas. A trajetória da construção das categorias que trabalham o regime de acumulação com dominância financeira, o modelo econômico brasileiro que encontra-se totalmente articulado a propostas do neoliberalismo, a categoria da *guerra fiscal* e a *política pública de renúncia fiscal* que é o ponto focal do objeto de pesquisa que está intrinsecamente ligado com o Plano de Desenvolvimento do Estado do Ceará, e no DI – Distrito Industrial no Município de Maracanaú serão abordados através da perspectiva metodológica da pesquisa Teórica, cujo objetivo é construir os alicerces do processo de investigação onde o entendimento do contexto em seus nichos permitirá fundamentarmos e investigarmos a partir da compreensão dos cenários a política a ser avaliada associada a um amplo e importante momento brasileiro, cearense e de Maracanaú.

Existe por parte do pesquisador trazer uma construção sobre o regime de acumulação com dominância financeira, com toda sua amplitude e características

neoliberais, amplamente difundidas sobre uma lógica do capital acumulativo e rentável para o apropriador, permitindo investigarmos e avaliarmos sua tessitura de dominância as quais os países emergentes foram inseridos e dominados dentro de uma lógica fundamentada pelo Consenso de Washington.

O olhar criterioso dentro do arcabouço teórico nos leva a inserir o caso brasileiro da *guerra fiscal* que foi e é uma condicionante de concorrência dentro da própria nação com a utilização de recursos oriundos de impostos, ou seja, recursos da sociedade, permitindo-nos através da pesquisa criar uma nexos temporal para compreendermos a relação direta dos resultados da política pública em detrimento da própria política de renúncia fiscal e finalizamos com a relação do período em que o Brasil dentro de uma lógica neoliberal abriu seu mercado, destruindo todo o “sopro” de desenvolvimento industrial que o país possuía.

Os deslocamentos de estabelecimentos com crivo na perspectiva do lucro, direciona as empresas para novos espaços, preferencialmente, em país e regiões que possuem um maior número de trabalhadores em condições aviltantes, com sua mão-de-obra extremamente desvalorizada, em virtude de seu baixo nível de escolaridade, dentre outras variáveis pelas quais o capital auto afirma-se.

Por esse ângulo, pessoas jurídicas desprovidas de alta tecnologia são cooptadas para esses espaços sociolaborais. A título de exemplo, delineamos, a empresa Dakota, do ramo calçadista, que completou 26 anos de colaboração com o Estado do Ceará, instalando-se em Iguatu, Russas, Vale do Jaguaribe, Maranguape e Quixadá

Da década de 1990 em diante, os entes federados concedem incentivos aos segmentos industriais em troca de instalações e investimentos em seu território local. Dessa sorte, o Poder Público, que proporciona os benefícios ao capital, requer em troca a criação de postos de trabalho, visando contribuir para o seu desenvolvimento socioeconômico.

No contexto cearense, o principal benefício concedido às indústrias é a renúncia fiscal do ICMS, porquanto que o objetivo da renúncia fiscal em panorâmica nacional, é proporcionar condições financeiras para que as empresas possam crescer, desenvolvendo-se e desenvolvendo as localidades, por meio de reverberações em geração de renda através da criação de empregos, tendo em vista que a alta carga tributária em alguns casos pode prejudicar esse crescimento.

Visando eliminar quais imbróglios, traçaremos a renúncia fiscal como uma forma ou estratégia que o governo utiliza, abrindo mão de parte dos impostos que a empresa deveria pagar ao Poder Público.

Nessa perspectiva, pretende-se beneficiar tanto o setor privado como a sociedade civil, porquanto que esses recursos renunciados, devem ser realocados em outros investimentos como projetos culturais, aumento do parque fabril, aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das localidades e na geração de empregos, dentre outras especificidades.

É sabido, que indiscutivelmente, o Estado do Ceará como qualquer outro ente federado, carece de impostos como fonte de arrecadação para financiamento das atividades sociais, visando o bem comum e coletivo da sociedade. Não obstante, a renúncia fiscal, ergue-se com a precípua finalidade de permitir o bem comum, visto atender as metas econômicas e fiscais.

Nessa direção, a Lei Complementar nº 101/00, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), prevê que a renúncia fiscal pode se dar por “[...] anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo que que implique na redução de tributos ou contribuições” (BRASIL, 2000, p.5).

Ou seja, no exemplo cearense, as cidades mais próximas são aquelas que estão em melhor posição em relação aos investimentos que reverberam no Produto Interno Bruto (PIB) de Maracanaú com 5,19%; Caucaia com 3,25%; Eusébio com 1,56%; Horizonte com 1,39%; Maranguape com 1,07% e São Gonçalo do Amarante com 1,02%, restando para a cidades distantes da capital apenas Juazeiro do Norte com 3,31%; Sobral com 2,83% e Crato com 1,07% (CEARÁ, 2010).

Nessa acepção, consoante Marshall, (1982) tece considerações acerca da concentração espacial das indústrias em certas localidades, relacionando-se com os avanços da divisão do trabalho ocorridos na Rússia. Assim, ele enxerga que por meio da expansão de uma divisão familiar até formar uma aldeia na Rússia, emergindo “uma indústria localizada e existe um grande número de aldeias, cada uma das quais exerce apenas um ramo da produção, ou somente uma parte dele” (*Ibid.*, p. 232).

Em suma, quanto aos aspectos de instalação das indústrias, prevalecem as razões primárias como o ramo da atividade e a localização geográfica que contribuam com as condições físicas, a natureza do clima e do solo, além da existência de minas e pedreiras de acesso por terra ou por mar (*Ibid.*).

Isto posto, o autor continua aduzindo que geralmente, as indústrias procuram fixar-se em locais com disponibilidade e qualidade para os insumos, além da facilidade de acesso tanto aos insumos quanto ao escoamento da produção (comercialização).

4.1 Industrialização em solo cearense

Do ponto de vista da localização geográfica, é perceptível que algumas indústrias possuem como características a proximidade geográfica entre as empresas e a especialização setorial, formando uma economia de aglomeração por meio da especialização (MARSHALL, 1982).

Com fulcro em uma abordagem geral, considera-se que, a economia cearense, caracteriza-se como uma das mais diversificadas da região Nordeste do Brasil, haja vista que, conforme informações do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), o PIB cearense em valores correntes, no ano de 2019, concentra-se, por municípios, conforme quadro a seguir:

Tabela 3.1: Grau de concentração do PIB – Ceará – 2002, 2010, 2018 e 2019

Faixas	piB2002	piB2010	piB2018	piB2019	Pop2002	Pop2010	Pop2018	Pop2019
Mais de 40%	1	1	1	1	0	0	0	0
Entre 10% e 40%	0	0	0	0	1	1	1	1
Entre 5% e 10%	1	1	1	1	0	0	0	0
Entre 2% e 5%	3	3	4	4	4	4	4	4
Entre 1% e 2%	6	5	5	6	4	4	4	4
Entre 0,1% e 1%	102	94	96	97	159	158	157	157
Abaixo de 0,1%	71	80	77	75	16	17	18	18

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios/IBGE. Elaboração própria

Em 2019, Fortaleza apresenta-se com 41,21% do PIB cearense, seguido de Maracanaú com 5,96% Caucaia com 4,23% e Juazeiro do Norte com 2,98%. Em quinto e sexto lugares, respectivamente, aparecem Sobral com 2,80% e São Gonçalo do Amarante com 2,30%.

Chama a atenção, no contexto econômico áreas de investimentos específicos que ao longo de cerca de 30 anos pungem quanto aos fomentadores dos resultados do Estado.

Setores, como turismo de passeio e de negócios, serviços e indústria, principalmente na capital e RMF – Região Metropolitana puxam os indicadores da economia.

Podemos destacar o DI – Distrito Industria de Maracanaú que concentra aproximadamente 180 Indústrias de vários segmentos e em São Gonçalo do Amarante o Complexo Portuário do Pecém e a ZPE – Zona de Processamento de Exportações.

Sendo estes polos, desenvolvidos com recursos de investimentos do Governo do Estrado do Ceará, dos Municípios instalados sejam através de da construção da estrutura para instalação como também de promoção de incentivos fiscais para atratividade (Renúncia Fiscal).

Fazendo um paralelo sobre o cenário Nacional e dos Estados em seu indicador de Produto Interno Bruto que trata da soma dos bens e serviços produzidos, temos a seguinte informação:



Fonte: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

De acordo com o IBGE o PIB brasileiro, ano base 2021 é de R\$8,7 trilhões de reais, apresentando ainda no primeiro trimestre de 2022 um resultado de R\$2,2 trilhões de reais, com perspectiva de crescimento, no acumulado em 4 trimestres, do ano de 2022, em 4,7%.

Aberto pelos estados da federação o IBGE traz a tabela, abaixo, com valores, do ano base 2019.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto (PIB) por estado

Unidades da Federação	PIB em 2019 (1.000.000 R\$)
Acre	16.638
Alagoas	58.964
Amapá	17.497
Amazonas	188.381
Bahia	293.241
Ceará	163.575
Distrito Federal	273.614
Espírito Santo	137.340
Goiás	288.672
Maranhão	97.348
Mato Grosso	142.122
Mato Grosso do Sul	186.943
Minas Gerais	661.873
Paraná	466.377
Paraíba	67.986
Pará	178.377
Pernambuco	197.853
Piauí	52.781
Rio de Janeiro	779.928
Rio Grande do Norte	71.337
Rio Grande do Sul	482.464
Rondônia	47.951
Roraima	14.292
Santa Catarina	303.254
Sergipe	44.689
São Paulo	2.348.338
Tocantins	39.356

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>

Pelas vias analíticas de Pires (2019), as perspectivas para o investimento público em 2020, denotam crescimentos, visto que em virtude da pandemia de covid-19, os governos irão direcionar maiores recursos no combate à crise, realizando transferências de renda e saúde pública.

A rigor, a formação dos espaços industriais cearenses, emergiu com força a partir da década de 1980. Contudo, os primeiros passos ocorreram em limiar de 1950

e 1970, impulsionado sobretudo pela iniciativa privada local, sendo que as Unidades Federativas (UF) de Bahia e Pernambuco contaram com as instalações de empresas de outras regiões, especialmente a Sudeste (CAMPOS, 2020).

Por conseguinte, há uma multiplicidade de razões para essa ocorrência, visto que as economias externas ao Ceará já traziam comprometedoras limitações como nos aspectos infraestruturas, sobretudo em relação à sustentabilidade, ao uso de energia e aos portos e serviços essenciais, dentre outras demandas oriundas daquela conjuntura.

Em verdade, apenas durante o 1º governo de Virgílio Távora (1963-1966) é que foi viabilizado o fornecimento de energia elétrica e infraestruturas de estradas asfaltadas, abrindo as possibilidades para instalações industriais. Além disso, no seu segundo governo (1979-1983), Távora erigiu o Distrito Industrial da Região Metropolitana de Fortaleza (*Ibid.*).

À título de informação, uma emblemática ação cearense, nessa época, ocorreu com a criação e implementação do III Polo Industrial do Nordeste, inserindo o Ceará na política de Desenvolvimento Regional brasileiro, sendo erigido para essa finalidade, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), através da Portaria nº 72, de 19 de setembro de 1978, da secretaria de Planejamento da Presidência da República e dos Ministérios do Interior e da Indústria e Comércio (*Ibid.*). Nesse condão, o governador Virgílio Távora inovou na sua administração, trazendo novas matizes em suas práticas, porquanto Alencar Junior (2006, p. 166) aduz que

A idéia de desenvolvimento esteve presente ao longo da trajetória política de Virgílio. O Coronel estava convicto de que sabia do caminho das mudanças de que o Ceará necessitava. O Estado deveria livrar-se da dependência de um setor primário vulnerável às secas apoiando-se em um forte programa de industrialização e na implantação de uma infraestrutura econômica. Como fazer tal política em pouco tempo e com escassez de recursos? O coronel tinha a resposta: o planejamento.

As origens das concepções de planejamento para desenvolvimento socioeconômico, relaciona-se à intervenção calcada na racionalidade do Poder Público na sociedade civil.

Nesse ensejo, os militares brasileiros tiveram pioneirismo nesses projetos e programas de cunho desenvolvimentista⁵. Logo, Domingos Neto (2002), proferiu que durante o processo de modernização do Exército brasileiro, teve-se conhecimento dessas concepções estratégicas com fulcro, passando pelo nacionalismo até às melhorias do sistema educacional e inovações tecnológicas.

Em suma, a construção da nação moderna requer ações planejadas pelo Estado. Nesse enlace, o governador do Ceará, trabalhou na mesma perspectiva desenvolvimentista, em consonância com o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (JK). Nesse pleito: o autor entende que:

A literatura acadêmica que trata do surgimento do grupo de industriais como novos atores políticos no final dos anos 1970 no Ceará nem sempre leva na devida conta a contribuição inestimável de Virgílio para a sua sobrevivência e afirmação. Nesses trabalhos, foi ressaltado o papel desse grupo de empresários-políticos na consolidação do capitalismo moderno no Ceará em detrimento de um político como Virgílio que se empenhou a fundo na sobrevivência daqueles empresários (*Ibid.*, p.194)

No contexto do Estado do Ceará, em similaridade com a política nacional, é desenvolvido o PLAMEG em que Távora, ao tomar posse no dia 25 de março de 1963, aplicou o empreendimento, criando um núcleo dinâmico de irradiação do desenvolvimento econômico, por intermédio da promoção de atividades industriais intersetoriais e integradas.

Ademais, esse pacto pretendia realizar a promoção do aproveitamento das matérias primas do setor primário, maximizando a criação de valor agregado a nível do próprio Estado e da Região Nordeste.

O PLAMEG cearense inspirou-se no Plano de Metas de JK e no Plano Trienal de João Goulart, todos com fulcro na perspectiva desenvolvimentista, visando transformar as regiões por meio da industrialização de forma a superar os atrasos no âmbito sociais.

Sinteticamente, o aludido governador inovou ao trazer pela primeira vez uma administração que delineava um plano global de governo com projeção para todo o quadriênio durante o exercício do mandato. Portanto, até o período virgiliano no

⁵ Fonseca (2015) versa sobre o conceito de desenvolvimentismo, como um tipo de política econômica engendrada na meta de crescimento da produção industrial, por meio de efetiva e ativa participação do Poder Público como base da economia. Por essas vias, percebe-se que o termo é geralmente utilizado para designar um fenômeno relativamente delimitado no tempo. Apesar que espacialmente esse foram de governo esteve presente em quase todos os continentes e países, porém com predominância em países latino-americanos e asiáticos.

Ceará, nenhum governo antecessor adotou algum planejamento nessa perspectiva desenvolvimentista.

Nessa visão, Leitão (2013, p. 15) postula que Virgílio Távora contribuiu decisivamente uma conjuntura singular, em razão de ele ter sido um governante de verdadeira vocação, entregando-se ao seu ofício equiparando-se a um trabalhador braçal. Portanto, firmemente, trabalhava veementemente em prol do atendimento das demandas públicas.

Nesse condão, Rosa e Alves (2001) aduz que no tocante ao sistema de financiamento industrial do Ceará, em meados dos anos de 1990, calcado no Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI)⁶, ocorreram impactos consideráveis na estruturação industrial sob o viés da reestruturação produtiva setorial e distribuição espacial.

Nesse sentido, estudos contemporâneos contemplam uma análise setorial e municipal da economia cearense, elencando como o processo de globalização reverbera em impactos na atividade econômica local, inclusive sobre o nível de produtividade. Nesse mosaico, Soares et al (2007) vislumbra que:

A reestruturação produtiva vincula-se de modo substancial à presença de uma política industrial baseada em incentivos fiscais predominantemente sustentados pelo governo estadual que tem como marco determinante a criação de vantagens fiscais e de infra-estrutura em conjugação com investimentos com recursos federais em projetos de acordo com a política nacional de fomento aos eixos de desenvolvimento econômico e social, particularmente nos campos de turismo e transporte.

Em 1919, emergiu o Centro Industrial do Ceará (CIC) como arena de efervescentes debates políticos, mantendo um histórico de integração e de independência com a entidade. Nessa concepção, esse fenômeno intencionava integrar uma nova geração ao movimento industrial do Ceará, gerando compromisso com as questões do setor produtivo (GRACIE, 2021).

Nessa conjuntura, o presidente da FIEC, alterou o estatuto ao permitir que a Presidência do CIC fosse diferente da Presidência da Federação, entregando a

⁶ Dentre as políticas utilizadas pelo Governo do Ceará nos últimos anos para promover o desenvolvimento econômico do Estado, destacam-se as de incentivo a industrialização, via Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), notoriamente percebida pela isenção e prorrogação de impostos (incentivos fiscais), no intuito de dar apoio à implantação, modernização, realocação e ampliação de empresas industriais consideradas fundamentais para o desenvolvimento local (IRFFI; NOGUERA; BARRETO, 2010).

responsabilidade do CIC, desde de 1978, a Tasso Jereissati, Beni Veras, Amarílio Macedo, Sergio Machado e Assis Machado (*Ibid.*)

Enfatiza-se que, o CIC foi denominado como *geração mudancista* (1979-1986), tendo o objetivo de aproximação das questões políticas, como a defesa da redemocratização e o desenvolvimento da economia. Isto posto, em 1981, quando presidente do CIC, Tasso proferiu que “O CIC tem um compromisso em nível estadual, regional e nacional com a formação, o mais rápido possível, de uma classe política competente”. Nessa erudição, ele se mantém na presidência até 1983, sendo sucedido por Sergio Machado, haja vista seu primeiro mandato de governador do Ceará em 1986 (*Ibid.*).

A constituição do CIC, liderada por Tomás Pompeu de Souza, organizou-se visando superar os efeitos da grande seca de 1915 e das reverberações provocadas pelas enchentes de 1917, tudo isso sem contar com os efeitos negativos para a indústria perante as greves de trabalhadores e trabalhadoras.

De fato, quando acontece a criação da Federação das Associações do Comércio e Indústria do Ceará (FACIC) em 1929, o CIC esvazia as suas pautas, visto que a nova entidade, devido a flexibilidade de seus representantes assumia o protagonismo das relações econômico-sociais.

A face do exposto, novos impulsionamentos industriais vão ocorrer com a Era Vargas (1930-1945); período em que as entidades ganham novo fôlego. À vista disso, a FIEC, instituída em 1950, reúne os sindicatos, apoiando a defesa dos interesses das empresas, tornando a CIC uma entidade anexa à Federação, em 1959, apartando dela com o início da segunda fase, marcada a partir de 1978 (*Ibid.*)

O desenvolvimento industrial cearense decorre de ciclos comandados por segmentos de diferentes regiões do estado. Dessarte, ao mesmo tempo que emergem novos layouts e novas atividades econômico-financeiras, os antecedentes não deixam de coexistir.

Irffi, Nogueira e Barreto (2010) enfatizam que no Brasil, os estados têm adotado algum tipo de incentivo à industrialização. Por esse ângulo, no Ceará, a política de atração de empreendimentos industriais foi encabeçada no primeiro governo Virgílio Távora (1962 – 1979), por intermédio da promulgação da Lei n°. 10.367, em 01 de dezembro de 1979, que instituiu o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI).

Percebemos durante o itinerário investigativo acadêmico-científico que o âmbito positivo e mais significativo da nova política industrial no Ceará, quiçá esteja calcada na ênfase concernente à interiorização de novas tecnologias e pela instalação de empresas para a expansão do sistema estadual de tecnologia.

Contudo, acreditamos que a economia cearense ainda está distante de constituir-se em um parque industrial diversificado e contemporâneo com padrões de alta competitividade, haja vista que está focando apenas nos setores têxteis, de calçados e de produtos alimentares, necessitando então de uma ampliação de sua agenda de produção, conforme as demandas vigentes da sociedade civil.

Grosso modo, Silva, Suguihiro e Vieira (2018, p.1-2), entendem haver a materialização de substanciais dispêndios financeiros, interferindo na coleta de impostos, refletindo na movimentação das políticas sociais públicas. Por esse ângulo, “a medida fiscal constitui-se em um limitador de oferta de políticas sociais públicas, deixando desprotegidas de atendimentos imprescindíveis à população vulnerável de políticas públicas básicas” (*Ibid.*, p.16).

Adentraremos na renúncia fiscal, o qual faremos uma construção acerca de sua natureza e impactos como política pública. Partimos de um pressuposto que o fenômeno da renúncia fiscal pode trazer efeitos positivos a receita pública, em uma ótica de longo prazo, mas traz potenciais danos quando avaliamos a redução do nível de arrecadação de impostos que seriam destinados ao custeamento das políticas públicas e sociais. Nesta visão, alinhado aos interesses políticos e setoriais, percebemos que essa política de renúncia fiscal se alinha aos privilégios ao capital, em detrimento do Estado Social e as demandas sociais.

4.2 Política de Renúncia Fiscal em Maracanaú: objeto em construção

De fato, levando em conta o cenário de implantação e permanência da política de renúncia fiscal até início do século XXI, aduzimos que a política sofreu vicissitudes em contexto cearense, sendo que atualmente Maracanaú é o segundo polo de arrecadação de impostos do Ceará, perdendo apenas para Fortaleza, capital do estado.

Governos Municipais apoiados pela política Estadual e Nacional, implantaram na cidade de Maracanaú um programa de captação/instalação de empresas industriais em meados do final da década de 1980 e fortemente a partir da década de 1990 no contexto global de abertura econômica.

A política de renúncia fiscal em Maracanaú ocorreu através de dois grandes movimentos, um apoiado e subsidiado pelo Governo do Estado do Ceará e outro pelo próprio Município de Maracanaú.

Em negociações locais, Governo do Estado do Ceará vislumbrou a necessidade de desconcentrar o segmento industrial fortemente instalado, nas décadas de 1950, 1960 e 1970 nos centros urbanos da capital.

Apoiado por um Plano de Metas Nacional, foi criado o PLAMEG cujos principais pontos era o de interiorizar a industrialização. Em parceria com o Município de Maracanaú, cidade da região metropolitana de Fortaleza e entreposto logístico, estrategicamente “cortado” por rodovias estaduais e federais, o Governo Estadual e a Prefeitura local, concebem o Distrito Industrial de Maracanaú.

O desafio era a partir do Plano o desdobramento do como captar indústrias locais, nacionais e internacionais para se instalarem no distrito industrial de Maracanaú.

Concorrencialmente, em cenário nacional existiam Estados Nordestinos como Recife e Bahia, logisticamente até mais estratégicos para operação industrial também desenvolvendo planos de captação industrial.

Maracanaú com apoio do Governo do Estado do Ceará traça dos eixos de atuação:

- a) eixo 1: O Estado promove através de uma política forte de renúncia fiscal, a anistia de pagamento de tributos para aquelas indústrias que se instalassem no distrito industrial de Maracanaú por uma quantidade de anos, conforme Plano.
- b) eixo 2: A Prefeitura de Maracanaú, promove também a renúncia fiscal através de política pública de isenção de impostos municipais, além desta medida é direcionado substancial quantidade de recursos públicos para investimentos em infraestrutura para atender as indústrias instaladas.

Toda esta política de renúncia fiscal que perdura até os dias atuais é o objeto de estudo, pois, partimos do pressuposto que os recursos públicos são finitos e é extremamente necessário a avaliação da política, se a mesma tem importância no

desenvolvimento econômico e social do município, quais seus impactos sociais e se é aderente ao cenário atual.

Toda a construção teórica presente nos capítulos anteriores, serão agora tessidos com a pesquisa de campo que será retratada no próximo capítulo através de suas contribuições sob a ênfase dos atores sociais que participam.

5 À GUIA DE CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA DE CAMPO

Para análise dos questionamentos investigados, elaboramos as categorias fundantes, a saber: regime de acumulação com dominância financeira, abertura econômica; reformas econômicas no modelo brasileiro; a *guerra fiscal*, as políticas de incentivos e a trajetória neoliberal no Brasil, permitindo assim a construção de um arcabouço teórico que contribua dentro da perspectiva teórico-metodológica da pesquisa para geração de reflexões críticas que nos permitam compreender por vários olhares a política pública avaliada permitindo também com a pesquisa de campo avaliar em profundidade e responder propostas.

A pesquisa de campo foi realizada a partir de entrevistas que tiveram seu foco em quatro segmentos ou nichos para tratar o tema proposto do regime de acumulação com dominância financeira, avaliando em profundidade a política de renúncia fiscal no cenário de abertura econômica, que são:

- Gestor Público, que trata-se de pessoa pública com influência na administração do Município de Maracanaú;
- Analista Administrativo, colaborador (a) de indústria instalada no distrito industrial do Município de Maracanaú, com função administrativa e conhecimento de Gestão;
- Trabalhadores do “chão de fábrica”, ou trabalhadores da produção, que são colaboradores, empregados, do setor industrial do distrito industrial de Maracanaú; e
- Moradores do entorno do Distrito industrial de Maracanaú.

Uma observação importante é que, em algumas entrevistas, os papéis de trabalhador e morador se agregam.

A entrevista enquanto técnica da pesquisa social, manifestada numa comunicação verbal com propósitos bem definidos, busca coletar fatos relatados pelos atores sociais, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada

realidade que está sendo focalizada pela pesquisa, presente no significado da fala desses atores. (DESLANDES, GOMES, MINAYO, CRUZ NETO, 1994).

Considerando a hipótese do regime de acumulação com dominância financeira e da renúncia fiscal cuja bandeira seria a promoção do desenvolvimento econômico e social do município de Maracanaú, dentro de uma lógica de abertura econômica, percebemos através, entre as falas dos principais atores envolvidos na política e as dimensões da avaliação em profundidade, possibilitou tanto a elaboração de um capítulo de resultados provenientes da investigação desta hipótese a partir da discussão teórico-metodológica, como também a construção de indicadores qualitativos para avaliação da referida política.

Para isso, foram entrevistados: o Secretário de Desenvolvimento Econômico de Maracanaú, representante do setor Industrial de Maracanaú, trabalhadores da indústria localizada em Maracanaú e moradores do entorno. Em algumas entrevistas configura-se uma pessoa só o trabalhador/morador do Município de Maracanaú.

O pesquisador como funcionário do SESI, com lotação na Unidade de Maracanaú, desenvolve seu trabalho de campo com os atores da pesquisa o que foi um fator importante para atender a pluralidade e as dimensões propostas.

Trata-se de um trabalho de pesquisa bastante desafiador, pois, trazer a avaliação em profundidade de Políticas Públicas voltadas para o Capital estando inserido ao meio, sendo um agente com propósito de geração de valor econômico para as Indústrias instaladas na região, e um elo pertencente a classe operária, com relação de Gestão, traz, em vários aspectos riscos para sua própria empregabilidade, tendo que operar, muitas vezes, utilizando de meios argumentativos/políticos para adentrar aos meandros do campo de pesquisa.

É firme que estaremos trazendo de cada entrevista recortes que confirmam o a análise do objeto de investigação. A avaliação em profundidade estará posta na imersão do campo e nos resultados obtidos. Início o processo de avaliação em profundidade com a entrevista que fiz com o Gestor do Município de Maracanaú.

5.1 Gestor municipal

Aos 14 de setembro de 2021, o participante proferiu que ocupava o cargo de Secretário de Desenvolvimento Econômico na Prefeitura de Maracanaú, desde janeiro de 2005, completando atualmente 17 anos na gestão naquela pasta.

Estou na Prefeitura de Maracanaú ocupando o cargo de Secretário de Desenvolvimento Econômico, assumi esta função em janeiro de 2005, e ao final do corrente ano nós completamos 17 anos na Gestão à frente da secretaria.

Constatamos que é indiscutível o papel de mudanças sociais deste representante da administração pública do município de Maracanaú, visto que o ele busca a melhoria dos indicadores sociais com fulcro na proposta do desenvolvimento do parque industrial instalado. Isto posto, em sua fala vislumbramos que o gestor defende a promoção da industrialização inclusiva e sustentável, de forma a aumentar o desenvolvimento da indústria e do emprego consoante os indicadores em âmbito nacional.

Quando indagado sobre a política de renúncia fiscal para a criação e desenvolvimento do Distrito Industrial, o participante disse que essa estratégia foi fundamental para a emancipação daquela comarca há 38 anos e continua sendo um fator decisivo de incentivo financeiro naquela seara.

Nessa acepção, compreendemos a necessidade de dialogar acerca das implicações que a falta de cobrança de impostos às indústrias pode resultar aos cidadãos maracanauenses, haja vista que é urgente perceber quais as condutas do Estado frente ao novo padrão de acumulação, engendrada na concepção neoliberal e em suas políticas de ajuste (CARVALHO, 2018). Em suma, essa realidade vem requerer por um novo layout de gestão pública, com viés gerencialista, visando enquadrar o setor público à lógica do ajuste.

A Política de renúncia fiscal para a criação e desenvolvimento do DI – Distrito Industrial foi fundamental para a emancipação do Município de Maracanaú a 38 anos atrás. O Distrito industrial fazia parte do município de Maranguape e Maracanaú era um distrito de Maranguape. Em função do crescimento do Distrito Industrial em 1983, um grupo político organização viabilizou que o município fosse emancipado. A emancipação e a instalação do Distrito Industrial foram fundamentais para o crescimento de Maracanaú em todos os índices. Ao longo destes anos muitas indústrias vieram para Maracanaú vendo as facilidades que este Distrito industrial oferecia, tanto em termos de localização como também em infraestrutura através de investimentos do Governo do Estado.

O Secretário de Desenvolvimento Econômico traz em sua fala inicial características históricas e de movimentação política para a viabilização da emancipação do município. Logo, enfatizou que o Distrito industrial fazia parte do município de Maranguape, sendo que Maracanaú era um distrito de Maranguape. Em função do crescimento do Distrito Industrial, em 1983 um grupo político viabilizou emancipação daquela cidade, afirmando que esta benfeitoria se configurou como fundamental para o crescimento da gestão em todos os índices.

Dessa sorte, o gestor foi veemente ao citar que nesse decurso muitas indústrias instalaram-se na localidade, em virtude da localização, como também da infraestrutura ocasionada pelos investimentos do Governo do Estado.

A logística da instalação do Distrito industrial, onde é cortado pelo anel viário, facilitando o deslocamento da produção, e por encontrar-se no ponto médio entre as BR 116 e BR 222, de fácil acesso ao Porto do Pecém e ao Porto do Mucuripe.

Nesse ângulo, o secretário sustenta que a logística da instalação do Distrito industrial, é cortado pelo anel viário, facilitando o deslocamento da produção, e por encontrar-se no ponto médio entre as BR 116 e BR 222, facilita o acesso ao Porto do Pecém e ao Porto do Mucuripe.

Nesse óptica, reconhece-se que essa modalidade empreendedora de administração “tem seduzido as prefeituras a ponto de 3.464 delas (num universo de 5.560) terem declarado à pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros que oferecem incentivos para atração de atividades econômicas” (SANTOS, 2006, p.47).

Foi fundamental para o crescimento de Maracanaú em todos os índices em função da implantação do Distrito Industrial. Ao longo destes anos muitas indústrias vieram para Maracanaú vendo as facilidades que este Distrito industrial oferecia, tanto em termos de localização como também em infraestrutura através de investimentos do Governo do Estado.

Em sua fala é perceptível a euforia quanto à projeção local e estadual de Maracanaú quando aos indicadores de crescimento, onde podemos perceber um grande aporte de recursos públicos com o papel principal da atração do investimento na ótica do capital de indústria tanto regional quanto nacional e estrangeiro, gozando dos benefícios para sua implantação.

Sobre o processo para a viabilização do Distrito Industrial em sua razão “burocrática” de constituição, o representante da prefeitura, apresenta que:

A coordenação de ocupação se deu pelo Governo do Estado do Ceará através de uma Empresa de Economia Mista chamada de CDI – Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará, onde teve modificado seu nome para CODETUR e posteriormente CODECE. Por ser uma Empresa de economia mista, não podia doar terrenos, mas vendiam a preços simbólicos, subsidiados pelo próprio Governo do Estado do Ceará, facilitando a tomada de decisão pelos empresários.

Face ao exposto, criou-se uma empresa de economia mista e subsidiada ao capital, mediante benefícios para instalação com venda simbólica de terrenos, com toda a infraestrutura, também regida com recursos públicos aos empresários que pretendessem adentrar ao DI. Por esse viés, o dirigente expôs que a Prefeitura já permite a doação sem nenhum ônus para o empresário, criando mais um espaço industrial, o DI 2000 já que o primeiro estava estrangulado já no início da década de 90, onde a CDI/CODECE não tinha mais nenhum terreno para doar. Nessa perspectiva, a prefeitura decide desapropriar uma área de 35.000 hectares que foram doados para as empresas interessadas em adentrar no itinerário.

Além disso, o Governo do Estado do Ceará também criou mais um Distrito denominado de DIF3-Distrito Industrial 3, em meados de 1988, com a mesma Gestão da CDI/CODECE.

Nessa acepção, percebemos a atuação e intervenção de um Estado Regulador em Maracanaú, ditando o que fazer com sua área geográfica, com seus recursos públicos. Isto é, direcionando terreno fértil para a inserção do capital industrial naquela urbe.

De fato, sustentamos que a existência de um modelo de Estado regulador se faz presente em solo brasileiro desde limiar na década de 1990, frente aos circuitos da mundialização do capital (CARVALHO, 1999). Portanto, a seara maracanaense reflete essa lógica capitalista. Nesse sentido, o gestor alega que:

Através de algumas leis Municipais a Prefeitura incentiva a instalação do empresário no Distrito Industrial de Maracanaú. Assim como citamos a lei de 2005, permite ao Município doar terrenos ou ceder terrenos sem nenhum ônus para o Empresário. A única contrapartida que fazemos com o empresário é a geração de empregos, onde fazemos um pacto com o Empresário onde cerca de 80% da mão de obra gerada seja recrutada no Município. A doação dos terrenos já vem com registro e escritura mobiliária, e a concessão de uso (25 nos + 25 anos) ocorre quando a Prefeitura desapropria um terreno através de meios judiciais onde a Prefeitura só tem a posse dos terrenos.

A rigor, o Estado regulador implanta-se por intermédio de ações do Governo do Ceará e da Prefeitura Municipal, haja vista que esses entes proporcionam subsídios e investimentos de recursos públicos sem apresentar um programa de fixação destas empresas e uma contrapartida de bem feitorias para o Município.

Concomitantemente, aludimos nas falas do gestor, a necessidade do atendimento aos empresários sem balizar se este recurso dispendido seja por investimento público, seja pela ausência de arrecadação estaria vinculada não apenas a geração de emprego e renda e sim, a qualidade deste emprego, e se os empregos gerados eram maiores do que os recursos investidos ou mesmo, se as empresas instaladas não possuíam a premissa de especulação.

Certo é que havia captação de empresas, levantamentos quantitativos e índices que partiam de níveis praticamente zeros parte índices exponenciais sem uma correlação com a natureza dos investimentos públicos ou mesmo se suas destinações para áreas de políticas de Estado como Educação, Saúde e Bem-estar Social, se os mesmos trariam efeitos similares.

Existe, neste sentido da construção, um caminho futuro, para promoção de novos estudos, através de pesquisas quantitativas, inferir sobre este viés, que não foi tema de abordagem, já que trabalhamos, de forma, qualitativa, o resultado das entrevistas de campo, as percepções dos entrevistados.

Ademais, contextualizamos essa conjuntura contemporânea local, enfatizando que a mola propulsora do Estado planejador-ajustador-desenvolvimentista emerge em países subdesenvolvidos desde a premência da industrialização, visto que Fiori (2003) considera o Brasil uma industrialização tardia, ajustando-se aos ditames do capital estrangeiro via receituário do Consenso de Washington. Nesses circuitos da economia, o entrevistado salienta que no cenário maracanauense atual:

A área do Alto Alegre foi desapropriada e o Município trouxe empreendimento para a região (centros de distribuição), onde foram expedidos termos de concessão e direito de uso. Outra modalidade é quando o empresário quer se instalar em um galpão a Prefeitura subsidia até 50% do valor do aluguel onde é feito um termo de acordo bilateral (período de até 2 anos que chamamos de período de pré-instalação no Município)”. Outro incentivo é a redução dos impostos municipais. Existe uma Lei Municipal que permite a Prefeitura reduzir o ISS, o IPTU, as taxas de licenciamento. Outro ponto de iniciativa, destaco, sem fugir das regras legais de licenciamento é facilitar o licenciamento, o alvará de construção, outro incentivo é a criação da Secretaria do Trabalho (SRT), onde o município treina ou mesmo recruta conforme perfil apresentado pelo Empresário.

No transcorrer da entrevista e principalmente pelo portfólio de leis e ações elencadas que efetivamente são direcionadas aos investidores com interesse em se inserir naquela urbe, sempre sem ônus e com contrapartidas generalistas custeadas mediante políticas públicas implantadas pelo ente federado em regime de concessão e renúncia além de notórios investimentos locais e estaduais, cuja contrapartida é a pactuação de gerar emprego para a região. Assim, aferimos que o Poder Público, atendendo ao artigo 170 da CF/88, concretiza em tese a incumbência da efetivação da “[...] ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa” (BRASIL, p. 126).

Dessarte, Maracanaú busca observar o princípio da soberania estatal, incentivando o desenvolvimento da atividade econômica e assegurando a garantia da propriedade privada, possibilitando a livre concorrência e oferecimento de uma pluralidade de empregos na conjuntura industrial. Nessa lógica, o secretário expõe que:

O Município acompanha através dos números desde 2004 a evolução do número de empresas industriais ativas, empresas comerciais e de serviços. E vemos que a evolução foi bem significativa. Para citar como exemplo em 2004, nós tínhamos em Maracanaú 430 indústrias ativas. O último levantamento que conseguimos através do IPECE, os dados de 2016, subiu para 2026 empresas industriais ativas. Da mesma forma em empresas comerciais, nós tínhamos em 2004, 1677 empresas comerciais ativas e este número subiu para 6417 em 2016. Empresas de prestação de serviços, em 2004 nós tínhamos 121 e em 2016 esse número saltou para 1072 empresas de prestação de serviço.

A vista disso, o fator numérico de crescimento apresentado é relevante para a análise qualitativa, e explicado sob a óptica de que o Distrito Industrial de Maracanaú com os inúmeros investimentos públicos e renúncia de recursos públicos tornou-se uma região captadora dos diversos segmentos empresariais, reverberando no crescimento econômico, emprego, renda e desenvolvimento social.

É sólido que o poder de isentar configura-se como uma prerrogativa do Poder Público em lançar mão de suas receitas, posto que os entes federativos têm a possibilidade de proporcionar benesses econômico-fiscais para determinados setores, realizando a abnegação das receitas próprias, exceto à repartição constitucional (FERREIRA; SILVEIRA, 2020).

Dentre outros questionamentos, são apontamentos que trazem a reflexão e nos leva a menção de que todo o aparato tem o objetivo de trazer a superficialidade de

números que estão em rampa de crescimento pois a política de renúncias continua na atualidade e falta a imersão nas análises, além dos números apresentados não possuírem relações de causa e efeito com o volume de recursos renunciados.

Nesse ensejo, Rocha (2002) avalia que se levar em conta a parcela do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará, posto que essa não retoma aos cofres públicos, o Ceará teria uma margem financeira de um montante de pelo menos R\$73 milhões a cada ano. Nessa panaceia, o entrevistado, enunciou que:

Somos o segundo em arrecadação de ICMS no Estado do Ceará e o segundo em número de empregos formais dentro do Estado do Ceará, só perdendo para Fortaleza, somos o segundo PIB e o terceiro PIB *per capita*. Maracanaú é a segunda maior economia do Estado do Ceará.

Nesse painel, descortinamos a existência de números absolutos que quantitativamente trazem consigo um *ranking* de visibilidade político-econômico importante para o município. Todavia, não necessariamente trabalha em termos qualitativos reflexos no custo benefício na óptica da renúncia e no impacto *per capita* ou segmentado da sociedade.

Nessa cognição, avistam-se que questões como concentração de renda, valores absolutos e de renúncia fiscal não são fomentados, mesmo porque é uma concorrência desleal com outras centenas de sedes que não possuem a mesma base de investimentos estaduais e renúncias para estar nessa colocação. Nesse condão, o interlocutor enfatizou veementemente que “a população de Maracanaú cresceu muito. Somos o quarto município em número de habitantes”.

No tocante ao crescimento populacional tanto de moradores permanentes como de *população flutuante*⁷ existe nas entrelinhas um entendimento que Maracanaú acompanhou os investimentos nas áreas de saúde e educação e o assunto voltou-se para as empresas instaladas darem preferência de emprego a moradores da região de Maracanaú e o desafio de qualificação por parte da cidade. À vista disso, o encarregado arrolou que:

A política de atração de empresas tanto por parte do Governo do Estado como da Prefeitura tem surtido bons efeitos, apesar dos gargalos que o município ainda hoje enfrenta, como por exemplo, empresas que vieram subsidiadas e que conseguiram terrenos e nunca fizeram nada. Hoje nós analisamos estes empresários como meros especuladores.

⁷ População flutuante é aquela que se fixa em uma localidade por um determinado período de tempo.

Em síntese, aduzimos que dentro da avaliação em profundidade da Política Pública de Renúncia Fiscal este momento da entrevista evidencia a falta de acompanhamento e a utilização por parte dos investidores capitalistas que se apropriaram dos benefícios da política pública de renúncia fiscal, recebendo terras, infraestrutura, subsídios e renúncia de impostos e taxas, sem qualquer aplicação prática de investimentos naquela urbe, operando dentro do regime de acumulação com dominância financeira, apenas apropriando-se dos recursos públicos e do lucro obtido em suas operações. Logo, o interlocutor proferiu que:

As crises econômicas fizeram com que muitas empresas que possuíam galpões encerraram suas atividades deixando os galpões desativados. Em 2005, quando chegamos estamos desapropriando estes terrenos que pertencem a empresas que há mais de 20 anos não fizeram nada pelo Município.

Ademais, destacamos a letargia das ações que se arrastam por décadas até a desapropriação que é o atestado final de encerramento dos benefícios patrocinados pelo Poder Público perante às empresas que se instalaram e não atenderam às expectativas da comunidade.

Assim, o entrevistado expôs que a cidade ocupa a segunda classificação em arrecadação de ICMS e em número de empregos formais dentro do Estado do Ceará, só perdendo para Fortaleza, configurando, portanto, o segundo PIB e o terceiro PIB *per capita*, em virtude de Maracanaú a segunda maior economia do Estado do Ceará. Nesse foco, apontamos que 52,7% daquela economia provém dos serviços, perfilando 34,2% na indústria, enquanto apenas 12,8%, ficou a cargo da administração pública e os outros 0,3% por conta da agropecuária. Dessarte, o seu PIB per capita totaliza R\$ 42,8 mil, ultrapassando a média do estado de R\$ 17,9 mil e da região de Fortaleza com R\$ 22,5 mil (CARAVELAS, 2022).

Resumidamente, ao finalizarmos, a entrevista com o Secretário de Desenvolvimento Econômico do Município de Maracanaú, aferimos a existência de uma pluralidade legislativa que fomenta renúncias de recursos públicos e investimentos para captação de pessoas jurídicas para instalação no Município de Maracanaú, e o segundo, a ausência de apontamentos que qualifiquem o benefício da política pública de renúncia fiscal.

Nesse foco, as duas perspectivas têm uma razão essencialmente política por via do favorecimento a estrutura do capital financeiro, sob a mais-valia gerada, no regime de acumulação com dominância financeira.

Diante da fala daquele gestor, concordamos com Pereira (2008) quando expõe que há insigne intencionalidade municipal e estadual de utilizar a concessão de benefícios para aumentar a receita orçamentária, reduzindo as desigualdades sociais.

Nesse íterim, em continuidade ao processo de construção e aprofundamento das múltiplas dimensões, subseqüentemente entrevistaremos uma gestora de setor industrial, que já trabalhou em várias empresas do Distrito Industrial de Maracanaú, inclusive, é residente naquele entorno.

5.2 Analista Administrativo

Para dar prosseguimento, urge qualificar a colaboradora que atua há aproximadamente 20 anos em funções de gestão nas empresas do Distrito Industrial, aliás onde reside no entorno durante a mesma quantidade de anos que executa suas atividades laborais.

A vista disso, realizamos sua entrevista no dia 16 de agosto de 2021, salientando que contemporaneamente atua como Analista Administrativo, na área de gestão industrial e de pessoal, inserida no Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), em uma pessoa jurídica do ramo têxtil, salientando que também já trabalhou nos segmentos de metalurgia e papel (celulose).

Ao assinar o TCLE proferiu que seus dados, assim como da instituição que presta serviços, não sejam citados textualmente na pesquisa. Em sua fala inicial, captamos um alinhamento consistente entre a representação industrial e a política municipal, ou seja, entre os empresários e os gestores, valorizando sempre o processo de integração da colocação profissional com as políticas públicas regionais. Conseqüentemente disse que:

Hoje as empresas do Distrito, elas têm um relacionamento muito bom com as Políticas e eles desenvolvem, desenvolvem sim trabalhos com o SINE Municipal tendo esse trabalho da Educação focado nas Indústrias. É um relacionamento muito bom que os Empresários têm com a Prefeitura e eles estão sempre focando na questão das pessoas e do desenvolvimento.

Perante ao exposto, observamos a necessidade de enaltecer a parceria público-privada, em nome destes benefícios que segundo a entrevistada transmite como sendo de grande valia para o desenvolvimento industrial e do próprio Distrito Industrial.

Assim, subscrevemos Moraes e Reyes-Tagle (2017) que entendem a indispensabilidade de implementação de reformas dos ambientes regulatórios, buscando evitar que a saúde financeira dos municípios seja prejudicada por programas de investimento privado unicamente em infraestrutura pública.

Quando abordamos sobre a instalação das indústrias naquela urbe e as consequências para o meio ambiente, em razão da colossal poluição que elas ocasionam à população, como também é o caso dela que reside nas adjacências, temos uma clara abordagem protecionista sobre a situação verídica, pois ela cita que:

Na realidade assim, não tem como dizer que não é até porque a gente tem um distrito industrial que muita gente circula por aqui. Hoje tem uma consciência política melhor, mas até então como eu cheguei aqui há bastante tempo, convivo aqui no Maracanaú entre 20 a 25 anos, já foi um distrito muito poluído, hoje a consciência ambiental, ela está focada e muitas empresas, principalmente as que mais poluem têm esta preocupação não só com a questão ambiental, mas com os entornos, com as comunidades. Há sempre um acompanhamento e um trabalho desenvolvido com eles.

A visto disso, deduzimos pelas exposições da interlocutora que ela compreende a poluição em seus aspectos negativos que assolam décadas. Conquanto, profere que atualmente essa situação é compensada pelo enrijecimento da legislação e da própria população e alguns segmentos específicos que militaram pela aparente melhoria.

Nesse contexto, sustentamos em consonância com Campos e Cunha (2016) que o monitoramento ambiental das atividades econômicas configura-se como um dever jurídico e legal, para preservar a qualidade ambiental e garantir a qualidade de vida e bem-estar das atuais e futuras gerações. Portanto, preservar o conjunto dos recursos ambientais naturais, diz respeito a todos os seres vivos, incluindo os seres inorgânicos, inclusive a água, que é naturalmente indispensável. Por esse ângulo, os autores supracitados arrolam efeitos globais da poluição ocasionados pelas indústrias, quais sejam: a produção de chuvas ácidas, a redução da camada de ozônio, além do efeito estufa, dentre outras consequências.

Nessa lógica, acreditamos ser pertinente questionar sobre essa pauta, visto a urgência da sustentabilidade frente à qualidade da vida da comunidade maracanauense.

Consoante às premissas expostas, julgamos que indeclinável o controle e o monitoramento das fontes de poluição das empresas, haja vista que somente a partir da Revolução Industrial essa forma de poluição emergiu como uma expressão da questão social diretamente relacionado à questão da saúde pública.

A rigor, as mudanças de visões acerca da sustentabilidade no Brasil teve como ponto de partida a ação social e a necessidade das indústrias se preocuparem não somente com as questões ambientais, visualizando essencialmente as exportações, haja vista que a legislação ambiental de outros países cobram certificações de qualidade e de produção além de selos e ações diretas na atuação das questões relativas ao meio ambiente (controles, impactos ambientais, medidas de contenção e programas de renovação ambiental, dentre outras exigências).

De fato, tendo em vista que a Analista também é moradora daquele parque industrial, trouxemos à baila a questão da segurança pública, como forma de fazer uma articulação não somente econômica como também social, tendo como reflexos o crescimento com a multiplicação de indústrias implantadas no Distrito Industrial a partir da década de 90. Daí enfatizou que:

A violência em si, a violência hoje ela está em todo o lugar..., você não pode nem classificar, mas a gente tem essa segurança aqui dentro, até mesmo pela questão do Distrito ter muitas empresas, tem este foco. Aí a gente trabalha, e o Município trabalha com esta questão da segurança. Não chega a ser aquela coisa perfeita, mas há um trabalho sim focado na segurança.

Nas entrelinhas do discurso, visualizamos uma condição cíclica que tem início com a defesa dos interesses do segmento e para tanto necessita que se trate o tema da segurança com uma correlação positiva de interesses. Já na continuidade da fala percebe-se a condição humana enraizada com a consideração de imperfeição no processo, mas que culmina encerrando o ciclo na continuidade da promoção da gestão municipal como adequada as ações das indústrias. Por esse condão, citamos Vasconcelos (2015, p.4), tecendo que:

Para a redução da violência, portanto, aposta-se na articulação entre inclusão social e o desenvolvimento econômico com a presença do Estado no fortalecimento das políticas sociais de forma integrada em diferentes níveis

governamentais, aliado a políticas de segurança pública que não separem a eficácia das ações de mecanismos de participação social na identificação dos problemas e no planejamento de ações efetivas.

Em virtude da busca pela eliminação da insegurança em Maracanaú, desde 2018 a cidade ganhou reforço por meio de um sistema de videomonitoramento e a inauguração de uma nova delegacia com funcionamento de 24 horas ininterruptamente. Destarte, aquela localização destaca-se no reduzido número de ocorrências em contraposição ao seu destaque econômico cearense.

Grosso modo, deduzimos que mesmo a entrevistada sendo analista é moradora do entorno, realizou uma defesa veemente da atuação da empresa, sendo que essas observações se tornaram visíveis, por meio da divergência entre a fala e o semblante da interlocutora que transmitia certa contradição entre as suas respostas e sua expressividade.

Quanto à infraestrutura do DI, a participante da pesquisa, salientou que existem intervenções, por meio de obras pela prefeitura. Apesar que muito mais poderia ser feito se existissem maiores investimentos do Poder Público. Nesses termos, percebe que:

Hoje, a gente está com um percentual de obras maior, pelo menos o que é visível pela população. Eu que círculo, já vejo. Mas eu acredito que pode melhorar muito e que tem estes recursos visto sermos um focode indústrias.

É perceptível que quando a entrevista é realizada de forma leve, na minha percepção traz o “desarme” do entrevistado. Logo, ao adentrar nas considerações sobre saúde e educação, capto que as matizes e premissas expostas pela interlocutora correspondem as suas convicções fidedignas, imprimindo em sua fala, o pertencimento à cidade de Maracanaú e sua esperança no desenvolvimentismo como perspectiva de crescimento da produção industrial, acompanhado das respostas às demandas sociais. Assim, no tocante à saúde ela entende *in verbis*:

Nós temos um hospital estadual e esse hospital tem uma certa carência. Foi construída algumas UPAs, e pelo tempo que estou aqui, tenho este conhecimento, mas acredito que tem muito a melhorar tanto na questão da saúde quanto na questão educacional. Na questão educacional, principalmente, agora nesse momento que estamos vivendo pós-pandemia está deixando muito a desejar. Poderia ter um olhar mais crítico quanto a isso.

Perante ao exposto, percebemos a sua fala associada mais a uma roupagem como moradora, trazendo uma crítica contundente da falta de investimentos em educação e saúde, inclusive, tendo conhecimento pelo volume de indústrias, da quantidade de recursos que a urbe arrecada. Contudo, mesmo com essa insigne quantia, não ocorre um direcionamento proporcional a essas receitas para a implementação de políticas públicas setoriais.

Isto posto, percebemos a predominância dos interesses do capital, mediante a simbiótica relação de complementariedade que o Estado exerce no interior do sistema capitalista, suficiente às exigências endógenas desse antagonismo (MÉSZÁROS, 2002).

Quando lançamos nosso olhar às questões ligadas ao desenvolvimento industrial e o seu papel da política pública de renúncia fiscal naquele cenário, aduzimos na fala da entrevistada que ela considera pertinente o emprego da mão de obra local, visando manter as pessoas mais próximas das suas residências, que é um dos fatores fundamentais, levando em conta que trabalhar próximo de sua residência diz respeito a uma relativa qualidade de vida.

Inobstante, expõe que em sua visão os recursos não estão sendo bem aproveitados, mas não saberia classificar se por parte das pessoas que não exigem seus direitos ou ausência de criação e implementação de políticas públicas.

Nesses circuitos, Amorim e Lima (2014) defendem que tanto os órgãos públicos como a sociedade civil devem efetuar constante fiscalização dos recursos, em razão da atividade financeira tanto na arrecadação de recursos como na realização de gastos, influencia na prestação dos direitos sociais à população, como saúde, segurança e educação, entre outras demandas sociais.

Em verdade, na pesquisa de campo, constatamos que na política de renúncia fiscal, existe a retórica voltada para dos eixos de responsabilidades, a saber: aquela atrelada às demandas de políticas públicas com suas respectivas aplicabilidades da renúncia convertida ao emprego e renda e a aparente desqualificação da população do entorno para a ocupar determinados postos laborais. Conquanto, há controvérsias, haja vista que na fala da entrevistada, as instituições promovem treinamentos suficientes, preparando a mão de obra.

Eu considero muito importante a questão de pegar esta mão de obra daqui até para podermos manter as pessoas mais próximas das suas residências, que é um dos fatores fundamentais sou eu trabalhar perto de casa. Mas eu

acredito que, não saberia classificar se por parte das Políticas Públicas ou por parte das pessoas, eu acredito que estes recursos não estão sendo bem aproveitados, para treinamentos e capacitações.

Nessa perspectiva, alvitra-se que tanto a qualidade como a finalidade dessa capacitação visam a preparação de funcionários para exercer atividades de menor complexidade, por meio de postos com salários aviltantes e incumbências laborais com menores visibilidades sociais.

Isto posto, é possível que as vagas que exijam maiores qualificações teórico-metodológica e técnico-operacionais sejam captadas por pessoas de Fortaleza, visto ser a cidade de maior investimento no ensino de educação, ciência e tecnologia, mediante o complexo universitário que se destaca em nível nacional, tanto em âmbito público como privado.

A rigor, a interlocutora profere que está satisfeita em residir em Maracanaú, acreditando em futuros investimentos em obras por parte da Prefeitura de Maracanaú que tragam qualidade de vida aos habitantes. Apesar disso, seus familiares, sustentaram ser preferível residir em Eusébio/CE, porém não quis relatar os motivos.

Nesse painel, irrompe-se aos estados o desenvolvimento de políticas públicas de promoção de desenvolvimento local e regional, sobretudo no Nordeste. Por conseguinte, contemporaneamente essas práticas continuam sendo motivos de frutíferas polêmicas, entre os governos estaduais e municipais, evidenciada especialmente pela geração de empregos e crescimento da receita.

Logo com foco em resultados quantitativos de um município sob a égide neoliberalista com dominância financeira, percebe-se que os industriais militam pela extração do lucro em detrimento de qualquer condição humanizante, posição essa incontestável pelo Estado, em virtude de “O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX; ENGELS, 1998, p. 12).

5.3 Moradores das adjacências

Com o trabalho de campo, parto para aplicação da entrevista semiestruturada com moradores do entorno cujo objetivos é entender através do olhar externo ao círculo do capital as interrelações que compõem os fenômenos, como se estabelecem

a população do entorno face a política pública de renúncia fiscal e as estratégias adotadas pela gestão municipal, bem como, olhar do segmento que está sendo beneficiado diretamente que são as indústrias instaladas no Distrito Industrial. Nessa panaceia, busca-se compreender como a sociedade vivencia as mudanças estruturais e se ocorre a alocação destes investimentos em direitos sociais.

Com efeito, a inquirição nesse segmento realizou-se com duas residentes na sede, trazendo suas realidades, convicções e crenças sobre o desenvolvimento industrial, e suas consequências em sustentabilidade e direitos sociais, dentre eles o fator de empregabilidade.

Por isso, denominamos as participantes pelos nomes de suas espécies de águias, respectivamente: águia-real e águia-de-bonell. Escolhemos essas alcunhas para preservar o anonimato dos interlocutores e por associar esse pássaro à perspectiva de resiliência, característica necessária a todo ser humano para resistir às investidas contra os trabalhadores via políticas de ajustes fiscais, que extrapolam na obtenção de lucros ao expropriar a forma de trabalho daqueles que possuem a sua única riqueza.

5.3.1 Águia-real

Em 17 de novembro de 2021, proferiu que reside naquela região há proximamente de 30 anos, uma vez que nasceu naquele município, possuindo residência própria, vivendo com o marido e sua filha.

Logo, quando interpelada sobre sua percepção sobre do distrito industrial no cenário maracanaense com ênfase nas questões ambientais, já que existe queixas sobre o tema elencado em entrevistas anteriores. Nessa panorâmica, citou *in verbis*:

Com a minha visão de cidade acredito sim, que Maracanaú é uma cidade poluída principalmente eu que moro no entorno, próximo ao distrito industrial e alguns locais a gente um sinal maior de poluição. No Timbó (Bairro de Maracanaú) é um local muito poluído e em alguns pontos do Acaracuzinho (Bairro de Maracanaú) onde este percurso eu passo no retorno para casa, e na minha visão é uma cidade poluída sim.

Isto posto, aferimos que os reflexos da poluição gerada pelo crescimento da cidade, uma das consequências negativas da instalação/desenvolvimento do parque industrial no distrito industrial em Maracanaú. Nessa acepção, delineamos que a

qualidade do ar se insurge como uma complexa questão ambiental e social, pois interfere no clima, haja vista as mudanças meteorológicas e socioeconômicas (ZHAO et al., 2016). A poluição, dentre outros fatores, podem ser potenciais geradores de danos à saúde da população.

Nessas vias analíticas, Silva (2010) ao investigar a qualidade do ar no distrito industrial de Maracanaú, no decurso de 1993 e 2000, aferiu que as partículas totais em suspensão (PTS) ficaram entre bom e regular, de acordo com o índice de qualidade do ar (IQA_r) da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (USEPA). Nessa panaceia, contemporaneamente mesmo após 22 anos de desenvolvimento industrial, desconhece-se a qualidade do ar daquela região.

Em continuidade aos temas que afetam diretamente, qual a situação da segurança pública em seu município, face ao crescimento populacional e a toda a instalação do distrito industrial naquela cidade. Por isso, teceu que:

Infelizmente não. Como eu já moro há muito tempo, acredito que a gente acaba se acostumando, mas não é uma cidade segura. Eu saio de casa com medo, eu volto para casa com medo, até em casa as vezes a gente quando escuta a sirene da polícia a gente se assusta. A gente vive com medo, não tendo mais o hábito de sentar com os amigos em uma calçada em frente de casa para conversar, é com medo, olhando para os lados, então assim, infelizmente, a cidade desenvolveu bastante no sentido econômico, tem muitas empresas instaladas, mas a segurança pública não é uma delas, infelizmente.

Importante, a temática da segurança pública, pois se trata de mais uma área demandante de políticas públicas e de recursos para seu desenvolvimento.

A moradora faz um paralelo importante da falta de desenvolvimento da segurança pública e o desenvolvimento do setor industrial, o que deixa claro, dentro dos limites de compreensão da entrevistada que existem investimentos que tem seus reflexos voltados para a economia, mas não para a segurança pública, ou seja, políticas públicas direcionadas, novamente, para o regime do capital em detrimento de setores primordiais para a sociedade.

Todavia, esse entendimento diverge de Vasconcelos (2015), que reconhece a relevância da parceria entre estado e município para formar a Guarda Municipal, mediante um convênio entre a Polícia Militar do Ceará (PMCE) e Prefeitura de Maracanaú (VASCONCELOS, 2015).

De fato, pontuamos que a depoente acredita ser o cenário de deliberada insegurança pública, responsável pelo conformismo da sociedade frente aos

descasos atuais de governos despóticos e tiranos que direcionam os recursos públicos para aqueles setores econômico-financeiros de maior rentabilidade em detrimento da aplicação em políticas públicas.

A partir daquela conjuntura, questionamos acerca de investimentos em infraestrutura promovidos pela Prefeitura para os bairros que são integradores dentro do ambiente coletivo como ruas, avenidas, estrutura de praças e estrutura para comércios e feiras. Assim, subscrevendo:

Já na infraestrutura eu vejo de uma forma positiva. Vejo que Maracanaú vem se desenvolvendo, vez ou outra, a gente vê algumas ações da Prefeitura de desenvolvimento (construção de praças, manutenção das vias, das ruas). Eu vejo que em termos de infraestrutura é bem desenvolvido. Eu vejo de uma forma bastante positiva.

É importante uma reflexão sobre o tema infraestrutura, pois existe uma visão de curto prazo de construções coletivas sociais, mas em comparação aos investimentos focados na estruturação do Distrito Industrial para a logística industrial, a demanda de recurso foi e é exponencialmente maior, ou seja, existe uma percepção que comparativamente está muito longe da ideal para atender a população de Maracanaú, quando comparada as políticas e investimentos realizados para a estruturação do Distrito Industrial e captação de indústrias conforme trabalha a entrevista do gestor municipal.

A partir da captação destas informações iniciais relevantes, fiz uma breve introdução dos investimentos ou renúncias feitas pela Prefeitura de Maracanaú para captação/instalação das indústrias no Distrito Industrial, onde perguntei sobre a qualidade da aplicação/destinação destes recursos, fazendo um paralelo a destinação de recursos para promoção de políticas públicas em outras áreas como educação e saúde, e se existe necessidade de maior disponibilidade de recursos para estas áreas.

Precisa. Precisa sim de muito investimento. Precisa de uma atenção maior, de um cuidado, tanto é que poucas vezes eu precisei utilizar os serviços públicos e nessas poucas vezes que eu precisei, tanto na saúde quanto na educação, não fui feliz.

Em síntese, a moradora além de confirmar a necessidade de investimentos regionais, traz testemunho próprio que não foi bem atendida quando necessitou, emitindo a estarrecedora declaração:

Hoje, eu não teria coragem de levar a minha filha para um hospital público ou para uma escola pública. Maracanaú precisa de atenção nestes dois aspectos da saúde e da educação.

Em continuidade, face às declarações anteriores, ao tecermos questionamentos sobre a qualidade e a aplicabilidade dos investimentos no distrito industrial quando a geração de emprego e renda.

Quanto ao polo industrial que temos em Maracanaú, eu vejo sim: de uma forma bastante positiva, gera bastante renda, gera bastante emprego. Ajuda muito e a muitas famílias, mas aquela coisa. Falta mais investimento em Educação, para cargos mais estratégicos, cargos de salários mais altos, não se tenha que buscar o profissional de fora.

A citação traz uma visão peculiar, de volume de emprego e renda mais relacionada ao quantitativo, do que o qualitativo, já que cargos estratégicos são preenchidos por profissionais de cidades vizinhas como Fortaleza, corroborando com a necessidade de políticas públicas e recursos a serem destinados para a área da educação do município de Maracanaú, para atender as demandas do Distrito Industrial.

A vista do exposto, a participante frisou que ela e seu esposo trabalham em Maracanaú e que acreditam que ainda ocorrerão maiores desenvolvimentos em políticas públicas intersetoriais.

5.3.2 *Águia-de-bonell*

Dia 31 de janeiro de 2022, realizamos interpelações a uma senhora que reside nas adjacências do Distrito Industrial de Maracanaú há 29 anos. Assim, preferiu que mora de aluguel com sua filha. Portanto, quando lhe indagamos no tocante às suas concepções e conhecimentos sobre o DI, focando nas questões ambientais, já que existe queixas sobre o tema elencado em entrevistas anteriores. Por isso disse que:

Maracanaú há muitos anos é uma cidade muito poluída. Principalmente por conta das empresas que são instaladas aqui. Empresas de veneno, empresas de ferro, empresas de restos de animais. Poluição muito grande mesmo, tipo poeira, de mal cheiro, cheiro de veneno.

É evidente que a poluição vivenciada pelos moradores do entorno além de ser grande, como declara a moradora, segunda a mesma é proveniente das indústrias instaladas do Distrito Industrial do Município de Maracanaú, o que é um aspecto sensível, grave e que possui impacto no bem-estar da população além de ser uma questão de saúde pública.

Nessa perspectiva, concordamos com Silva (2010), quando declara que tanto na capital cearense como em sua região metropolitana, em que está instalada a maioria concentração das indústrias do estado, praticamente é inexistente o monitoramento da qualidade do ar pelos órgãos públicos, visto que as estações que realizavam essa medição qualitativa do ar nessas localidades foram desativadas desde 2001.

Ademais, é fértil trazemos à baila a qualidade desta captação das indústrias, que além de possuírem toda uma rede de incentivos (renúncias fiscais, infraestrutura e isenção de impostos municipais) não são cumpridoras dos requisitos legais ambientais, uma vez que os seus dejetos não são realocados corretamente, trazendo sérios impactos na saúde da população.

Em continuidade a entrevista ao tratar sobre a segurança pública, sua citação traz uma carga emocional de medo e indignação, ao falar que:

A situação da segurança pública na cidade de Maracanaú está muito perigosa, devido à inexistência de segurança pública, que acarreta em assaltos rotineiros, principalmente no horário pela manhã (5h a 6 h). Assim, ela mostra-se revoltada ao saber que trabalhadores são abordados constantemente por criminosos ao sair de casa para pegar seu transporte público. O Bairro Novo Maracanaú (Bairro de Maracanaú) nem delegacia existe, sendo que se acontecer algum problema você não tem nem onde recorrer.

Isto posto, em relação a esse bairro foi exibida uma reportagem em que a PMCE abordou um suspeito que tentou se evadir, porém sem êxito, sendo capturado. Portanto, com aquele indivíduo apreende-se 50 gramas de maconha sendo autuado em flagrante por tráfico de drogas (CEARÁ, 2022)

A fala da interlocutora imprime a realidade da falta de segurança pública na cidade de Maracanaú, sobretudo por ser uma região de compõem um Distrito Industrial, cujos trabalhadores saem de suas residências em horários matinais, sendo abordados por assaltantes.

Quando interpelada sobre investimentos promovidos pelo Poder Público em infraestrutura para os bairros que são integradores dentro do ambiente coletivo, mencionou:

Eu acho que falta muito para ela ter uma boa estrutura, principalmente nos conjuntos. Tem alguns bairros como por exemplo o coqueiral e Piratininga que tem rua que não tem nem saneamento básico. Agora que eles estão começando em alguns bairros a fazer a estrutura de sanear. Mal estruturado as ruas. Tem ruas que não tem calçamento, ainda é areia e quando chove fica tudo alagado. Nos próprios conjuntos também tem ruas que quando chove você nem consegue sair de casa. Alguns bairros são “bonzinhos”.

Nessa sinopse, trouxemos à tona problemas substanciais que têm ligação direta com falta, ou ausência de políticas públicas estruturais para o desenvolvimento das adjacências, impactando diretamente no bem-estar da população.

Por esse ângulo, agrava-se ainda o fato, quando comparamos, até mesmo em declarações contidas na entrevista todo o leque de investimentos direcionados ao parque industrial de Maracanaú. Com efeito, seus pontos de vistas sobre educação e saúde, seu funcionamento, estrutura e qualidade naquela urbe, expressou que ainda deixa muito a desejar:

Principalmente na parte da saúde. Hospital só tem um que é o Hospital de Maracanaú, que é referência, mais que o atendimento sempre foi muito precário. Inclusive antigamente, não sei como hoje está, chamava-se de “matadouro”, porque quando você ia para lá você não sabia se saía vivo. Aí foi construída a UPA lá na Pajuçara (Bairro de Maracanaú) que até que é “melhorzinha”.

Portanto, a partir de sua ópticas essas duas políticas não funcionam bem, fazendo-nos refletir sobre o direcionamento de políticas públicas, investimentos e concessões que não direcionados ao grande capital, desonerando-o ou mesmo beneficiando-o através de execução de obras com recursos públicos que poderiam melhorar as situações relatadas. A partir da captação destas informações, indaguei sobre a qualidade da aplicação/destinação destes recursos em relação a geração de emprego e renda. Assim, proferiu que:

Emprego, acho que tem muitas empresas e realmente emprega bastante pessoas. Mas eu acho que para a pessoa conseguir entrar muitas vezes é indicação. Para o jovem que completa 18 anos fica mais difícil para ele entrar no mercado de trabalho, luta muito para conseguir vaga. Tem um SINE no Feira Center (Centro Comercial de Maracanaú), onde os jovens têm que ir todo o “santo dia”, passar o dia lá, assistir palestra, para ter uma carta de recomendação para levar para a empresa. Acredito que tem Emprego e

Empresas, mas a dificuldade no acesso para conseguir o emprego é bastante grande.

Sumariamente, a entrevistada percebe a falta de acessibilidade ao emprego na região, acreditando na necessidade de políticas públicas para a desburocratizada às vagas para que a população local possa ter acesso as vagas das inúmeras empresas instaladas no distrito industrial.

Nesse viés, entrevistamos ao traçar uma possível hipótese na criação de uma lei municipal que garantisse um percentual de vagas aos maracanaenses. Porém, essa decisão teria que ser submetida ao crivo do povo por meio pesquisas e estudos específicos, visto a relevância da pauta.

Ela frisa que não gosta de morar em Maracanaú e que reside devido seu trabalho, salientando a necessidade de melhoria na infraestrutura do transporte público e segurança pública, trazendo ganhos reais para todos os cidadãos e não somente investimentos para as empresas privadas.

Em síntese, fica claro que se um dos fatores motivadores da implantação do distrito industrial seria a atração de investimentos industriais, desenvolvimento econômico e regional, fica claro que o segmento industrial se apropriou de grande monta do que foi fomentado pela política pública e capital não reinvestido, atuando de forma rentista, significando uma economia global em que o mercado e poder político, possibilitam que os privilegiados extraiam significativa parte dessa renda.

5.4 Trabalhador da indústria

Em 09 de fevereiro de 2022, uma trabalhadora do chão-de-fábrica, jargão popular, conhecida também como trabalhadora da produção industrial, residente em Maracanaú, casa alugada, com mais 4 pessoas da família. Com 18 anos trabalhando nas indústrias, atualmente faz parte de uma Indústria têxtil onde atua como auxiliar de produção.

Eu entendo assim,...que elas deveriam dar mais condições de trabalho, deveria ter um retorno, assim, de condição mesmo, de instalação pra gente trabalhar, fazer o nosso serviço, uma luz direitinha, um refeitório pra gente fazer nossas refeições, uma estrutura boa.

No momento inicial da entrevista pergunto como ela vê o trabalho das indústrias, as atividades, o processo que executa. Isto posto, aduz que as fábricas deveriam oferecer mais condições de trabalho, com instalações favoráveis, incluindo iluminação adequada e um refeitório acessível para as refeições, em geral uma boa estrutura que possibilitasse conforto aos trabalhadores.

Portanto, sua fala traz um peso grande de um histórico de falta de investimentos. É perceptível as insatisfações da participante, que frente às condições laborais dentro das indústrias reclama, inclusive, da ausência do vale-transporte, firmando que:

Na outra empresa que eu trabalhei e ganhava direitinho. Ganhava meu vale, ia no ônibus da empresa, mais assim, eu já trabalhei em empresas e esse que eu estou hoje que não dá uma condição. Não dá vale, eu tenho que ir de bicicleta, tenho que levar o meu almoço, então assim, não tem muita condição de trabalho não, sabe!

Percebe-se que o papel das indústrias que eram, minimamente de investir em seu parque industrial e em sua mão-de-obra, já que operam dentro de incentivos fiscais Estaduais e Municipais, nem este papel estão executando. Configura-se na fala um extremo abandono, das condições dos benefícios laborais.

Na outra empresa que eu trabalhei e ganhava direitinho. Ganhava meu vale, ia no ônibus da empresa, mais assim, eu já trabalhei em empresas e esse que eu estou hoje que não dá uma condição. Não dá vale, eu tenho que ir de bicicleta, tenho que levar o meu almoço, então assim, não tem muita condição de trabalho não, sabe!

A rigor, as insatisfações proferidas pela interlocutora confirmam o que Paula e Amaral (2019) já perceberam, visto que os trabalhadores de qualquer segmento, têm sua qualidade de vida afetada. Contudo na seara da indústria, na grande maioria das vezes estão expostos a condições precárias e insalubres durante a sua jornada laboral.

Além disso, a depender da função, do setor e das condições climáticas, as condições podem piorar, ocasionando riscos físicos, químicos, de acidentes e ergonômicos.

Na fala da entrevistada, percebemos, quando fazemos uma avaliação macro do que já foi inferido no campo com os interlocutores que existe uma fragilidade na perspectiva na política de renúncia fiscal e nos investimentos no parque industrial por

parte do Poder Público, devido à preocupação na geração quantitativa de empregos, podendo haver, como no caso relatado, o desconfiguramento do cumprimento dos requisitos legais, constantes de todo um contexto dos movimentos sindicais, já enquadrados no ordenamento jurídico, configurando situações de subemprego, como também, percebe-se ausência de contratos formais que garantam a qualidade do emprego gerado.

A única contrapartida que fazemos com o empresário é a geração de empregos, onde fazemos um pacto com o Empresário onde cerca de 80% da mão de obra gerada seja recrutada no Município.

Trazendo um adendo a construção da entrevista com a trabalhadora da indústria, poderemos retomar a fala do gestor público municipal (cito acima, parte do trecho constante da página 60, deste documento), quando em sua entrevista, apresenta, de forma verbal, a “orientação” quanto o desejo da administração pública, denominado de “pacto” para a geração de empregos para a região, o que corrobora com a necessidade da constituição de contrato formal, até para que ocorra fiscalizações.

Quando questiono a sua opinião acerca das contrapartidas das fábricas frente os investimentos realizados pela prefeitura, ela afirma não conseguir visualizar estes retornos, tendo em vista que nas ruas escuras e desertas não há segurança suficiente para a permanência dos cidadãos, conforme sobrescrito:

Olha! Na pratica eu não consigo ver não. As ruas não têm muita segurança, é escura, é deserta. É um investimento que a gente não vê retorno.

Face ao exposto, dialogando sobre a necessidade de compreender a operação da indústria que atualmente a entrevistada trabalha, em pelo menos, as obrigações legais junto ao Município, estas serem atendidas, a trabalhadora traz outra situação reveladora:

Eu não gosto muito não! Ela é muito cheia de fumaça. Assim tem os resíduos dela. Tem indústria que suja as lagoas, vai poluindo, né! Deixando a cidade mais suja, as lagoas mais poluídas. A cidade de Maracanaú é poluída, insegura. Eu mesma já fui assaltada umas quatro vezes na volta do meu trabalho. Acho muito perigoso, porque eu volto a noite.

Depreende-se, a complexidade e a quantidade de situações que espelham o descaso da política pública. Contudo, o capital está extraindo a mais-valia do trabalhador, além da não reversão dos incentivos fiscais constantes da renúncia fiscal em melhorias da própria indústria e do entorno.

Portanto, a trabalhadora expõe sua insatisfação com a sua remuneração aviltante, visto que se ver explorada e submetida cargas horas extensas.

Em síntese, realizamos esta investigação acadêmico-científica com fulcro na pesquisa de campo, em que os sujeitos constituem-se mediante as relações antagônicas do binômio Trabalho-Capital, desvelando a “flexibilização” e a alienação do trabalhador, por meio de estratégias e ritos de controle, além da oportunidade de submergirmos através das dimensões da avaliação em profundidade a oportunidade de a dissolução da política pública frente aos objetivos propostos, os quais encerramos o processo de investigação com as considerações finais do pesquisador.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sólido, que desde a política externa adotada pelo Brasil, para o capital, com o propósito de incentivar os investimentos externos diretos, seja de forma especulativa com pagamento de altas taxas de juros, seja através da instalação de multinacionais que fazem parte de grupos oligopolistas, ou mesmo pela concorrência de captação de empresas nacionais, verificou-se a adoção de políticas públicas de fomento e renúncia de recursos públicos.

A anuência à adoção de medidas econômicas e à entrada de capitais foi, primeiramente, fomentada, pelo Brasil, pela abertura da economia, desintegrando a maior parte da indústria nacional em meados da década de 1990.

Destarte, sem maiores restrições legais e contratos sem regras claras e garantias bilaterais, o capital especulativo e as indústrias multinacionais, percebendo a fragilidade e a oportunidade de auferir rendimentos sem obrigações acessórias, estabeleceram-se no âmbito nacional.

Neste momento da história, em âmbito nacional, estados e municípios em regime sequenciado ao pregado em cenário nacional, abrem também suas fronteiras, agregando mais oportunidades de retorno ao investimento para que as multinacionais

e empresas nacionais alojem-se ou mudem-se de regiões, configurando a chamada *guerra fiscal*.

A vista disso, dessa guerra predatória - em regime de “perde x perde” já que os incentivos eram captados pelo capital, mas com visão míope, de curto prazo - descortinam-se possíveis políticas para geração local de empregos e renda.

Isto posto, ao afunilar a condução da pesquisa, temos no âmbito do Nordeste, seguindo as políticas adotadas nos mercados internacionais e nacionais, três estados despontando como captadores de investimentos e indústrias, isto é: a Bahia, Pernambuco e o Ceará.

Por conseguinte, ao criar estratégias semelhantes lançam suas fortalezas, recursos públicos e de infraestrutura com o objetivo de captar o segmento industrial e investimentos para o estado e seus municípios.

Sumariamente, o presente objeto de estudo, despertou-me para uma multiplicidade de oportunidades de assimilação de conhecimentos conceituais, atitudinais e procedimentais ao longo de minha profícua formação acadêmico-científica, técnico-operacional e ético-política.

Nessa óptica, durante o meu processo de aprendizado na pesquisa de campo, pude vivenciar os múltiplos olhares dos sujeitos sociais, expressos e transcritos, que deixaram abundantes contribuições em meu itinerário investigativo.

Destarte, as contribuições cognitivas desse percurso foram decisivas na (re)construção de minha práxis social, permitindo-me uma visão crítica e dialética do presente objeto de estudo ao descortinar os matizes contraditórias em uma sociedade assentada no modelo neoliberal sob a égide do regime de acumulação com dominância financeira.

Em síntese, ao realizamos uma abordagem crítico-avaliativa do cenário de abertura econômica, dentro de um contexto do regime de acumulação com dominância financeira, constatamos que na cidade de Maracanaú/CE, a política de renúncia fiscal está calcada no modelo de gestão neoliberal e gerencialista com ênfase na defesa da suposta eficiência do gasto público.

Portanto, em relação àquela conjuntura, depreende-se a defesa pelo equilíbrio das contas públicas, expressa na minimização do Estado e maximização do mercado, visando a atração de investimentos externos e internos, em razão da performance fiscal ser a questão que mais se destaca nas entrelinhas dos sujeitos participantes da pesquisa.

Em verdade, os novos caminhos da política regional sustentam mudanças no paradigma de política regional, especialmente no tocante à indústria, uma vez que em detrimento às estratégias tradicionais, a política regional defende um desenvolvimento interno das regiões, a partir de incentivos financeiros de diferentes âmbitos, trazendo inovações tecnológicas que podem reverberar em sua difusão territorial, ocasionado a responsabilidade dos governos regionais em relação às demandas territoriais.

Contemporaneamente, no caso brasileiro, assistimos ao desenvolvimento de alternativas de incentivo ao desenvolvimento industrial, praticadas em nível estadual e com recursos próprios.

A rigor, a lógica da subserviência ao capital é, historicamente, apropriada pela lógica neoliberal e todas as ferramentas de mercado, principalmente aquelas impostas as economias ditas como emergentes como o caso brasileiro.

Nesse condão, toda a desregulamentação do mercado nacional, assim como todo o liberalismo econômico e todas as políticas macroeconômicas foram concebidas aos países latino-americanos a partir da cartilha do *Consenso de Washington*, trouxe reverberações na realidade do DI da comarca de Maracanaú-CE.

Em virtude da incorporação de novo ordenamento jurídico, cresce freneticamente o montante das renúncias que beneficiam diretamente aos capitalistas, visto que têm acesso a terrenos, galpões, infraestrutura, sistemas de limpeza e logística, além da isenção ou redução de taxas, “facilidades” na concessão de documentos para funcionamento como ISS e IPTU, conforme evidenciado no processo investigativo-acadêmico.

Nesse condão, trazemos à baila questionamentos para posteriores estudos, indagando se os epepeicos investimentos por parte do Poder Público frente às pessoas jurídicas fabris, correspondem às expectativas da sociedade civil por meio da “empregabilidade”, da sustentabilidade e da qualidade de vida e bem-estar social proporcionais aos benefícios concedidos ao capital.

Na realidade, sob os circuitos do neoliberalismo, de um regime de acumulação com dominância financeira, a política de renúncia fiscal aplicada no Distrito Industrial de Maracanaú, precisa ser reformulada, garantindo não somente as condicionantes definidas pelo mercado como também os resultados político-econômicos, além dos resultados sociais, que envolvam a comunidade que reside naquela cidade.

Nesses termos, urge a necessidade de prestação de contas, por meio de retornos dos recursos renunciados frente ao setor industrial instalado naquela

localidade, uma vez que esta política pública continua atual e atendendo à lógica do capital, em detrimento das demandas e conquistas sociais da população.

Em verdade, durante o percurso dessa investigação acadêmico-científica, emergiram dificuldades na construção da pesquisa, sobretudo em nosso contexto de pandemia de Covid-19, visto que o campo ficou restrito, em virtude de empresas fecharem as portas às visitas; pessoas adoeceram, tendo que desmarcar suas entrevistas, ocorrendo inclusive o falecimento de sujeitos que seriam abordados.

A priori, pensamos em uma avaliação em profundidade com uma quantidade de entrevistados ainda maior. Entretanto, a amostra menor deu-se em razão do cenário vigente.

Assim, delineamos que as contribuições dos sujeitos participantes, devido seu destaque social, compuseram um rico arsenal empírico, acreditando piamente que suas participações configuram indelévels aportes às Ciências Humanas.

Outrossim, nesses circuitos da escolha do estado da arte, do objeto de estudo e da aplicabilidade da investigação, são indelévels as contribuições deste itinerário, haja vista a quantidade e qualidade de saberes apropriados, para utilizamos na minha práxis social e profissional, em virtude da condição como funcionário gestor industrial, desempenhando minhas atribuições no SESI, diretamente ligado ao fomento do setor industrial maracanauense.

Conquanto, a questão desafiante reside em descrever e interpretar de maneira rigorosa, evitando a construção de pré-julgamentos tendenciosos ao setor que exerço minhas prerrogativas laborais, o que poderia distorcer a originalidade destas tessituras acadêmicas.

No tocante à relevância dos atores sociais escolhidos, arbitramos que a pesquisa foi profícua, mesmo sendo poucos entrevistados, conseguimos trazer quatro perspectivas sobre o presente cenário socioeconômico nos marcos definidos na investigação, respeitando sempre os conhecimentos dos sujeitos e deixando os entrevistados bem à vontade para colocar suas informações calcadas na dignidade e na autonomia da pessoa humana.

Daí, reconhecendo a vulnerabilidade de cada interlocutor, asseguramos sua disposição de contribuir e permanecer na investigação acadêmica, por meio da assinatura de manifestação expressa, livre e esclarecida.

Em síntese, é incontestável o reconhecimento à liberdade de investigação científica, tendo em vista os benefícios decorrentes dos progressos da educação, da

ciência e da tecnologia. Apesar disso, seus progressos devem ocorrer de acordo com os princípios éticos que assegurem o usufruto dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Cabe a reflexão da relação de moeda de troca sobre todos os impostos renunciados *versus* a captação dos empregos gerados e se realmente os recursos foram bem empregados no desenvolvimento social do município.

Será que se os municípios tivessem excelência no oferecimento dos direitos sociais e estrutura de qualidade, as empresas não se instalariam? De forma a investir muito mais na sustentabilidade e empregabilidade (obedecendo piamente o ordenamento jurídico)?

Nesse ínterim, alinhados às medidas adotadas pelo governo do Estado do Ceará, frente à *guerra fiscal* e às estratégias de poder de renúncias fiscais, os Municípios, assim como Maracanaú, aderem a essas estratégias, para tornar ainda mais atrativa a instalação e permanência das indústrias.

A rigor, a renúncia fiscal (ICMS – Imposto Estadual), quando somada ao IPTU e ao ISS (renúncias Municipais), representa um significativo montante. Por isso, tecemos árdua crítica à falta de estudos mais profundos acerca dos impactos do deslocamento destes recursos que seriam destinados as pastas como educação, saúde, infraestrutura e para demais políticas públicas específicas de desenvolvimento social.

Constatamos que não há contratos tácitos que estabelecem contrapartidas para o desenvolvimento da região de instalação das fábricas ou qualquer garantia que o setor empresarial objetivamente irá investir. Logo, as pessoas jurídicas gozam dos benefícios fiscais, auferindo crescentes lucros. Contudo, locupletam-se, sem proporcionar cláusulas tangíveis de uma programação de bens sociais à comunidade local.

É preciso frisar que na configuração desse percurso teórico-metodológico, trazemos à tona os múltiplos olhares do objeto pesquisado, despindo-se da objetividade simples, concreta e palpável quantitativamente. Dessarte, imbuídos do desafio de desvelar as matizes e singularidades que cada indivíduo tem a contribuir, expomos, por meio da linguagem experiencial os fenômenos os quais os interlocutores tecem apreciações.

Deduzimos que há urgência de estudos que digam respeito à qualidade destes investimentos. Assim, propomos que garantias sejam efetuadas entre Poder Público

versus Indústrias, por meio de contratos e concessões, que assegurem real, efetiva e objetiva contraprestação das instituições que são privilegiadas pela política de renúncia fiscal.

Isto ficou visível, desde todas as colocações quantitativas enumeradas pelo gestor público quando traça de forma quantitativa todos os investimentos gerados para a criação e o desenvolvimento do Distrito Industrial de Maracanaú, materializando o cunho político de visão de curto prazo apenas amparado na geração de emprego e renda para a região.

A face do exposto, nos trechos da entrevista daquele profissional, verifica-se a partir de dados estatísticos de cunho econômico, o aumento no número das indústrias instaladas na região, estendendo o número de empregos gerados, além da ampliação da infraestrutura para empregar estas indústrias logisticamente na região, sempre retratando a estratégica da política pública ligada à atração de capital privado.

Notoriamente, torna-se evidente, que os resultados, partindo do “zero”, traz, em números absolutos, informações que interpretam um cenário positivo economicamente para a comarca, mas com este crescimento e a pouca atuação em outras políticas públicas como educação, saúde, segurança e infraestrutura social, tornaram aquela cidade um lugar com problemas delicados do ponto de vista social, tais como: violência, insegurança, questões habitacionais (precárias) e poluição ambiental.

Nessa conjuntura social instilamos que as atividades industriais instaladas operam de forma “pacata”, gerando seus empregos, até mesmo, pela necessidade de força de trabalho para funcionar.

Conquanto, sem haver fixação de contratos de contrapartidas em políticas sociais para a localidade; objetivas políticas ambientais e prestação de contas do volume de recursos empregados na região, tendo em vista que operam exclusivamente na obtenção de lucros incessantes, sem a devida contribuição para a sociedade.

Nesse compilamento, trazemos à baila toda a ausência de estudos sobre o volume de recursos fiscais renunciados, somados aos investimentos de infraestrutura logística na região industrial e a percepção social sobre benefícios gerados em todas as áreas, ou mesmo de impactos da transferência destes recursos para a política de atratividade das empresas industrial face à carência da aplicação destes recursos nas áreas de gestão.

Com gozo, alvitramos que os múltiplos olhares da pesquisa de campo são essenciais para desconstruir parte da realidade engessada na avaliação quantitativa de cunho político-econômico, essencialmente, quando trouxe para a investigação o olhar da população que mora no entorno.

Nesses termos, evidencia-se similaridades nos discursos e percepções ao proferirem que os recursos públicos renunciados poderiam ter sido melhor empregados. Assim em suas falas, depreende-se a angústia de morar no entorno de um parque industrial com parcas condições de insegurança pública, especialmente saúde e educação precária.

Diante dessas premissas, os moradores tecem suas considerações com semblante apavorado, mesmo com nossa postura ética e acolhedora, deixando-os à vontade para expressar aquilo lhes compreendiam sobre os fenômenos industriais locais. Nessa panaceia, arbitramos que aquele segmento imprimiu um sentimento de frustração acerca das transformações oriundas da criação do Distrito Industrial, desconhecendo vultosos retornos sociais por parte daquelas pessoas jurídicas.

Por esse ângulo, sentimos o clamor da moradora que vocifera por maiores investimentos públicos. No momento da entrevista, tive a percepção de certo desespero frente a uma complexa realidade social naquela cidade.

Concluindo a tessitura da construção da realidade crítica e avaliativa da política de renúncia fiscal, na criação do Distrito Industrial de Maracanaú e as nuances deste volume de recursos públicos direcionado a uma política segmentada e capitalista, trago a fala do trabalhador do chão-de-fábrica que se consubstancia na exposição que os investimentos das empresas industriais no próprio sistema e as suas garantias trabalhistas são precárias, aliás em várias indústrias a legislação não é cumprida.

Nessa panorâmica, há prevalência de salários aviltantes, haja vista que parte dos empregadores, não fornecem benefícios mínimos como vale-transporte e vale-alimentação. Infelizmente, essas condições precárias de trabalho são o retrato de várias empresas instaladas no Distrito Industrial de Maracanaú.

Debruçamos sobre objeto de investigação, atravessado por uma plural e profícua metodologia, alvitramos a precarização de fiscalização social, exercida pelos cidadãos e a inexistência de metas objetivas de contrapartidas sociais por parte do empresariado frente aos benefícios alçados em virtude do Poder Público.

Ademais, o que presenciamos são indústrias que atendem a lógica capitalistas, cooptando a força de trabalho em troca de reduzida remuneração, imprimindo a

extração daquilo que o humano tem como única mercadoria que é a sua condição servil de vendedor de sua força de trabalho no âmbito do moderno sistema produtor de acumulação do capital.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **Descolonizar o Imaginário**. Extrativismo e neoextrativismo Duas faces da mesma maldição. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. Virgílio Távora: **o coronel modernizador do Ceará**. 2006.

AMORIM, S. M. P; LIMA, R. D. D. A renúncia de receita e o dever de cobrar tributos: uma análise da lei de responsabilidade fiscal e da sua observância pelos municípios do Estado do Ceará. *In: Anais do XXIII Congresso Nacional do CONPEDI*. Tema do Evento: A Humanização do Direito e a Horizontalização da Justiça no Século XXI. 1ed. Florianópolis: CONPEDI, 2014, p. 34-49. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=192>. Acesso em: 25 abr. 2022.

ARBIX, G. Políticas do desperdício e assimetria entre público e privado na indústria automobilística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: v. 17, n. 48, p. 109-129, 2002.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: encurtador.com.br/ezBNV. Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. **LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: encurtador.com.br/chIS1. Acesso em: 25 set. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Disponível em: encurtador.com.br/jBST5. Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012**. Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: encurtador.com.br/uEKY3. Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: encurtador.com.br/vQSTX. Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 580, DE 22 DE MARÇO DE 2018**. Regulamenta a Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: encurtador.com.br/mvwt2. Acesso em: 24 set. 2021.

BRITTO, J.; CASSIOLATTO, J.E. Mais além da "guerra fiscal": Políticas industriais descentralizadas no caso brasileiro. **Indicadores econômicos FEE**. V. 28, N. 3, 2000). Disponível em: encurtador.com.br/IDENQ. Acesso em: 11 out. 2021.

BUDD, L. **Territorial competition and. globalisation: Scylla and. Charybdis of European cities**. Urban Studies, v. 35, n. 4, p. 663-685, 1998.

BUTLER, Robin. The evolution of the civil service-a progres report. **Public Administration**, v. 71, n. 3, p. 395-406, 1993.

CAIDEN, G. E. **Administrative reform comes of age**. New York, Walter de Gruyter, 1991

CALIXTRE, A.; FAGNANI, E. **A política social nos limites do experimento desenvolvimentista**. Para além da política econômica. São Paulo: Unesp, 2018.

CAMPOS, F. Uma breve história da industrialização do Ceará, por Pedro Sisnando Leite. **Focus.Jo**, 25/02/20. Disponível em encurtador.com.br/ruwS2. Acesso em: 25 set. 2021.

CAMPOS, I. Z. A.; CUNHA, C. O. G. Direito ao meio ambiente e o necessário controle da poluição atmosférica: a inovação trazida pelo estado do Espírito Santo. **Caderno do Programa de Pós-graduação em Direito/ URFRG**, Porto Alegre, v. XI, nº 2, 2016. Disponível em: encurtador.com.br/mptAC. Acesso em: 25 abr. 2022

CARAVELAS. Dados e estatísticas. **Maracanaú/-CE 2022**. Disponível em: encurtador.com.br/jpyF4. Acesso em: 24 abr. 2022.

CARDOZO, Soraia Aparecida et al. **Guerra fiscal no Brasil e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990**. 2018. Tese de Doutorado em Economia. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Economia, 2018.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **O “Brasil Real” em Questão: um resgate do olhar crítico de cientistas sociais**. 1999. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Ceará (UFC), 1999.

CARVALHO. A. M. P. **Democracia, Estado, Desenvolvimento e Conflitos Sociais: uma via analítica para pensar o Brasil Contemporâneo na civilização do capital**. In: Conferência de Abertura da III Jornada de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão, São Luís do Maranhão, Agosto de 2014.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; MILANEZ, Bruno; GUERRA, Eliana Costa. Rentismo-Neoextrativismo: A inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1999-2017). In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Livia Alves Dias. (org.). **Tramas para a justiça ambiental: um diálogo de saberes e práxis emancipatória**. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

CEARÁ. Governo do. **LEI Nº 10.367/1979 DE 7 DE DEZEMBRO DE 1979**. Dispõe sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI). Disponível em encurtador.com.br/zHX29. Acesso em: 24 set. 2021.

CEARÁ, Governo do Estado do. **LEI Nº 12.478, DE 21 DE JULHO DE 1995**. Diário Oficial do Estado. Fortaleza, 28 jul. 1995.

CEARÁ, Governo do Estado. **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPEACE)**, 2010. Disponível em: encurtador.com.br/biyBT. Acesso em: 11 out. 2021

CEARÁ, Governo do Estado. **Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social**. SSPDS deflagra ofensiva visando inibir crimes em Maracanaú. 14 DE FEVEREIRO DE 2022 - 12:28. Disponível em: encurtador.com.br/mEFMZ. Acesso em: 28 abr. 2022.

CHESHIRE, P. C.; GORDON, I. R. Territorial competition and the predictability of collective (in) action. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 20, p. 383-399, 1996.

CHESNAIS, F. **La iiondlallsatlon financière**. Paris: Syros, 1996.

COX, K. R.; MAIR, A. Locality and community in the politics of local economic development. **Annals of the Association of American geographers**, v. 78, n. 2, p. 307-325, 1988.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; Minayo, Maria Cecíliade Souza; CRUZ NETO, Otávio. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DOMINGOS NETO, M. **O empenho modernizador dos oficiais do Exército**. Fortaleza, 2002.

DUFOUR, J. F. **Les marches émergents**. Paris: Armand Colin, 1999.

FERREIRA, B. P.; SILVEIRA, D.B. Renúncia fiscal e o dever de polícia estatal: um olhar sobre a inviabilidade da concessão de benefício fiscal sob a luz da ineficiência do estado. **Revista de Direito Tributário Financeiro**. e-ISSN: 2526-0138 | Evento Virtual | v. 6 | n. 1 | p. 65-85 | jan/jun. 2020. Disponível em: encurtador.com.br/szHN0. Acesso em: 23 abr. 2022.

FILGUEIRAS, L.A.M.; GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FIORI, J. L. **O voo da coruja para reler o desenvolvimentismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FONSECA, P.C.D. **Desenvolvimentismo**: a construção do conceito. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2015.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1967.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas**: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GRACIE, K. Anuário do Ceará 2021.2022. Ciclos da Industrialização Cearense, 2021. **O POVO**. Disponível em: encurtador.com.br/bcopF. Acesso em: 11 out. 2021.

GUSSI, Alcides Fernando. Outras epistemologias e metodologias: **a experiência do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas**. 2015.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia**: história, ecologia, economia e domesticação. Brasília: Embrapa, 2014.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/sites> >, acesso em 04/04/2022.

IRFFI, G.; NOGUERA, F.A. N.; BARRETO, F.A.F.D. Efeitos da política de atração de incentivos industriais no Ceará sobre o emprego no período 2002-2005. *In*: ROCHA, P. S. CARVALHO, Eveline B.S. (org.). **Economia do Ceará em debate 2009**. Fortaleza: IPECE, 2010.

LEITÃO, J. Virgílio Távora e a transição para o desenvolvimento do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, 2013. Disponível em: encurtador.com.br/raqJV3. Acesso em: 25 set. 2021.

LEJANO, R. **Parâmetros para análise de políticas públicas**: a fusão de texto e contexto. Campinas/SP: Ed. Arte Escrita, 2012.

MACHADO, F.D.A. *et al.* **Mobilidade de capitais e vulnerabilidade externa do Brasil** - a nova qualidade da dependência financeira (1990: 2010), 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MICHALET, C. A. **La séduction des nations ou comment attirer les investissements**, Paris, Economica, 1999.

MILAGRES, D.M. Incentivos Fiscais. Rio de Janeiro: Revista de Ciência Política. 29 (2) Jul./Set, 1986.

MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MORAES, M. S.; REYES-TAGLE, G. Os impactos fiscais dos contratos de parceria público-privada: estudo de caso do ambiente institucional e da prática no Brasil. **Nota técnica do BID**, 2017.

MOREIRA, C. A. L *et al.* A concorrência pela localização dos investimentos estrangeiros no Brasil: as razões da escolha da Ford pela Bahia. *In*: Colóquio "Mondialisation économique et gouvernement des sociétés, 'Amérique Latine, un laboratoire? **Anais [...]** Paris, junho 2000.

MOREIRA, C.A.L.; SCHERER, A.L.F. Mercados emergentes e novas formas da dependência na América Latina. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 30, n. 1, p. 49-73, 2002.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 2000.

NURKSE, Ragnar. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1957.

O'DONNELL, G. **Democracia, agencia y estado**: teoría con intención comparativa. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

PAULA, E. A.; AMARAL, R. M. M. F. Atuação interdisciplinar em grupos de qualidade de vida para pacientes com Lesões por esforços repetitivos/Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho - LER/DORT. **Rev Bras Saude Ocup.** 2019. Disponível em: encurtador.com.br/kBR34. Acesso em: 29 abr. 2022.

PAULANI, L. M. A dependência redobrada. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2012. Disponível em encurtador.com.br/fsxHP. Acesso em: 24 set. 2021.

PEREIRA, F. W. A. **Avaliação da política de incentivos fiscais no desenvolvimento econômico-social do Município de Aquiraz – Ceará**, 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2008.

PEREIRA, L.C (org.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949. Disponível em: encurtador.com.br/jHKL4. Acesso em: 12 out. 2021.

PIRES, M. **Observatório da Política Fiscal**. São Paulo: FGV – Instituto Brasileiro de Economia, 2019. Disponível em: <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/posts/investimentospublicos-1947-2018>. Acesso em: 12 out. 2021.

PONTES, P.A.; CAMBOTA, J.N.; BIDERMAN, C. **Incentivos estaduais à indústria de transformação e a geração de emprego**: um estudo de caso para o estado do Ceará, 2010. Disponível em: encurtador.com.br/sBCPT. Acesso em: 12 out. 2021.

QUEIROZ, A. Ceará tem 2ª menor renúncia fiscal frente arrecadação de ICMS no País. **CDL João Pessoa**. 5 de maio de 2021. Disponível em: encurtador.com.br/oHLT2. Acesso em: 24 set. 2021.

ROCHA, P. S. **Impacto das renúncias fiscais federais nas finanças públicas dos estados** - o caso do Ceará. Mestrado (Dissertação). Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Estadual do Ceará (UFC), Fortaleza, 2002.

RODRIGUES, L. C. Avaliação de políticas públicas no Brasil: antecedentes, cenário atual e perspectivas. *In*: BRADO, E.D.; DIÓGENES, E.M. N (Org.). **Avaliação de políticas públicas**: entre educação & gestão escolar. Maceió/AL: Edufal, 2011.

RODRIGUES, L. C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, 1(1), 7-16. 2008.

RODRIGUES, L. C. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. **Revista Desenvolvimento em Debate**, 4(1), 103-155. 2016.

RODRÍGUEZ-POSE, A.; ARBIX, G. Strategies of Waste: bidding wars in the Brazilian automobile sector. **International Journal of Urban and Regional Research**, 25 (1): 134-154, 2011.

ROSA, A. L. T.; ALVES, F. F. **Efeitos da globalização sobre a economia cearense**. Fortaleza: IPLANCE, 2001.

SANTOS, A. M S. P. Planejamento urbano: para quê e para quem. *In*: MOTA, M. J. P. (Org.). **Revista de direito da cidade**. Rio de Janeiro: Harbra, 2006.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2ª. Ed. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2008

SANTOS, B. S. Os processos da globalização. *In*: SANTOS, B. S. (Org.). **A globalização e as Ciências Sociais**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. cap.1, p. 25 – 102.

SANTOS, R. S. P. O projeto neoextrativista e a disputa por bens naturais no território: mineração, direitos e contestação social em torno da terra e da água. **Revista Conflitos do Campo no Brasil**, Goiânia, 2012.

SCHERER, A.L.F.; MOREIRA, C.A.L.; CASTILHOS, C. **A concorrência pela localização de Investimentos Estrangeiros no Brasil: as razões da escolha da Ford pela Bahia. América Latina**: crescimento no comércio mundial e exclusão social. Porto Alegre: Dacasa, 2001.

SILVA, A. P.; SUGUIHIRO, V. L.T.; VIEIRA, S. F. A. os efeitos da renúncia de receita pública sobre o orçamento da seguridade social. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisadores e Estudantes de Serviço Social (ENPESS), UFES, Vitória/ES, 2 a 7 de dezembro de 2018. **Anais [...]**. Disponível em: encurtador.com.br/cmKP0. Acesso em: 12 out. 2021.

SILVA, J.A. **Um estudo da qualidade do ar na cidade de Fortaleza**. 112f. Dissertação (Mestrado em Ciências Físicas Aplicadas) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

SOARES, F. A.; SANTOS, S. M.; TONÓRIO, J. N. B.; FRAGOSO, S.N. Interiorização e Reestruturação da Indústria do Ceará no Final do Século XX. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, nº 1, jan-mar. 2007 Disponível em: encurtador.com.br/GPQW3. Acesso em: 11 out. 2021.

SODERSTERN, Bo. Economia internacional. Rio de Janeiro: Ed. Interciência, 1979

XAVIER, E.C. O Brasil no covid-19 e no pós covid-19: análises e perspectivas sobre a atuação dos bancos públicos no apoio da economia brasileira. **Boletim Economia Empírica**. v. 1, n IV p.118, 2020. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/bee/article/view/4783>. Acesso em: 22 abr. 2022.

YANOW, D. **Translating local knowledge at organizational peripheries**, British Journal of Management. Londres, 2004.

YANOW, D. **Interpretive empirical political science: what makes this not a subfield of qualitative methods**. In: Qualitative Methods Section (APSA), 2003.

VASCONCELOS, F. T. R. A municipalização da segurança pública em Maracanaú-CE: desafios em um contexto histórico de violência e fragilidade do poder público. **Revista o público e o privado** - Nº 25 – jan./jun. – 2015. Disponível em: encurtador.com.br/yCX06. Acesso em: 25 abr. 2022.

ZHAO, S.; YU, Y.; YIN, D.; HE, J.; LIU, N.; QU, J.; XIAO, J. (2016) Annual and diurnal variations of gaseous and particulate pollutants in 31 provincial capital cities based on in situ air quality monitoring data from China National Environmental Monitoring Center. **Environment International**, v. 86, p, 92-106. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envint.2015.11.003>. Acesso em: 27 abr. 2022.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

1. INTRODUÇÃO:

Esta entrevista tem como objetivo abordar junto aos Gestores Públicos da Política de Renúncia Fiscal promovida pelo Governo do Estado do Ceará, através do PLAMEG (Plano de Metas do Governo do Estado do Ceará) e a participação da Prefeitura de Maracanaú/CE na promoção dos incentivos locais (concessões, investimentos e infraestrutura, ...etc.) na criação do DI – Distrito Industrial de Maracanaú/CE.

2. OBJETIVO:

Subsidiar informações para compor a Dissertação de conclusão do Mestrado Profissional em Políticas Públicas (MAPP), pelo discente André de Souza Gomes.

3. METODOLOGIA DE ABORDAGEM:

Todo o processo será realizado através de entrevistas que serão gravadas, com a finalidade de subsidiar o pesquisador e a pesquisar com as informações subsidiadas.

4. CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS:

4.1. Nome, Função e Tempo de Trabalho. O Sr. Concorde que sejam indicados no trabalho ou prefere que seja anônimo?

4.2. O Estado do Ceará através da implantação do PLAMEG, com parceria da Prefeitura de Maracanaú possibilitaram a criação do DI – Distrito Industrial de Maracanaú/CE. Qual a importância desta Política para o Município de Maracanaú/CE?

4.3. A Criação do DI – Industrial de Maracanaú na visão do Senhor trouxe quais benefícios para a Cidade de Maracanaú/CE?

4.4. A Criação do DI – Industrial de Maracanaú na visão do Senhor trouxe quais desafios para a Cidade de Maracanaú?

4.5. O Senhor considera que o PLAMEG e as Políticas adotadas pela Prefeitura para implantação do DI – Distrito Industrial de Maracanaú/CE, no momento atual, trouxeram os resultados esperados para promoção do desenvolvimento da região, do emprego, da renda e do desenvolvimento social?

5. CONCLUSÃO:

Prezado (a) Gestor (a), estamos finalizando a entrevista, agradecendo imensamente a sua participação. Neste momento abrimos para suas considerações finais, ratificando que todas as informações desta entrevista servirão exclusivamente para subsidiar a pesquisa do meu trabalho de Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas.

APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

AO SETOR INDUSTRIAL

1. INTRODUÇÃO:

Esta entrevista tem como objetivo abordar junto ao setor industrial, localizado no DI – Distrito Industrial de Maracanaú/CE, a Política de Renúncia Fiscal promovida pelo Governo do Estado do Ceará, através do PLAMEG (Plano de Metas do Governo do Estado do Ceará) e a participação da Prefeitura de Maracanaú/CE na promoção dos incentivos locais (concessões, investimentos e infra-estrutura, ...etc.) na criação do DI – Distrito Industrial de Maracanaú/CE.

2. OBJETIVO:

Subsidiar informações para compor a Dissertação de conclusão do Mestrado Profissional em Políticas Públicas (MAPP), pelo discente André de Souza Gomes.

3. METODOLOGIA DE ABORDAGEM:

Todo o processo será realizado através de entrevistas que serão gravadas, com a finalidade de subsidiar o pesquisador e a pesquisar com as informações subsidiadas.

4. CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS:

4.1. Nome, Função, Tempo de Trabalho, Empresa. O Sr. Concorde que sejam indicados no trabalho ou prefere que seja anônimo?

4.2. O Estado do Ceará através da implantação do PLAMEG, com parceria da Prefeitura de Maracanaú possibilitaram a criação do DI – Distrito Industrial de Maracanaú/CE. Quais benefícios esta Política Pública trouxe para a Indústria que o Senhor representa?

4.3. A Criação do DI – Industrial de Maracanaú na visão do Senhor trouxe quais benefícios à Indústria?

4.4. Quais benefícios a indústria que o senhor representa trouxe para a o Município de Maracanaú/CE?

4.5. Quais desafios a indústria enfrenta no DI – Industrial de Maracanaú/CE?

4.6. O Senhor considera a Política de atração promovida pelo Governo do Estado do Ceará e pela Prefeitura de Maracanaú/CE, no momento atual, é sustentável para a promoção do desenvolvimento econômico, do emprego e da renda da região? Por que?

5. CONCLUSÃO:

Prezado (a) Gestor (a), estamos finalizando a entrevista, agradecendo imensamente a sua participação. Neste momento abrimos para suas considerações finais, ratificando que todas as informações desta entrevista servirão exclusivamente para subsidiar a pesquisa do meu trabalho de Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas.

APÊNDICE C - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

1. INTRODUÇÃO:

Esta entrevista tem como objetivo abordar junto aos trabalhadores do DI – Distrito Industrial de Maracanaú/CE, sobre o papel do DI – Distrito Industrial de Maracanaú/CE, em suas vidas profissionais, pessoais e de suas famílias.

2. OBJETIVO:

Subsidiar informações para compor a Dissertação de conclusão do Mestrado Profissional em Políticas Públicas (MAPP), pelo discente André de Souza Gomes.

3. METODOLOGIA DE ABORDAGEM:

Todo o processo será realizado através de entrevistas que serão gravadas, com a finalidade de subsidiar o pesquisador e a pesquisar com as informações subsidiadas.

4. CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS:

4.1. Nome, Função, Tempo de Trabalho, Empresa. O Sr. Concorda que sejam indicados no trabalho ou prefere que seja anônimo?

4.2. O Senhor já trabalhou em quantas empresas no Distrito Industrial de Maracanaú/CE? Como é na visão do Senhor estas Indústrias?

4.3. O Senhor já teve oportunidade de trabalhar da Gestão/Chefia de equipes?

4.4. Em relação a questão de salários e condições de trabalho, o que o senhor poderia falar?

4.5. O Senhor está satisfeito em trabalhar no Distrito Industrial de Maracanaú/CE? Por que?

4.6. Como o Senhor vê, a aplicação, de investimentos no DI - Distrito Industrial de Maracanaú? E em Maracanaú?

4.6. O Senhor reside em Maracanaú? Casa própria ou aluguel? Quantas pessoas na família residem com o senhor?

4.7. Para o Senhor, Maracanaú é:

- uma cidade poluída?
- uma cidade segura?
- uma cidade com boa estrutura de ruas, comércios, praças,...?
- uma cidade que tem educação e saúde que funcionam bem?

5. CONCLUSÃO:

Prezado (a) Senhor (a), estamos finalizando a entrevista, agradecendo imensamente a sua participação. Neste momento abrimos para suas considerações finais, ratificando que todas as informações desta entrevista servirão exclusivamente para subsidiar a pesquisa do meu trabalho de Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas.

APÊNDICE D - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

1. INTRODUÇÃO:

Esta entrevista tem como objetivo abordar junto aos moradores e entorno do DI – Distrito Industrial de Maracanaú/CE, sobre o papel do DI – Distrito Industrial de Maracanaú/CE, em suas vidas e de suas famílias.

2. OBJETIVO:

Subsidiar informações para compor a Dissertação de conclusão do Mestrado Profissional em Políticas Públicas (MAPP), pelo discente André de Souza Gomes.

3. METODOLOGIA DE ABORDAGEM:

Todo o processo será realizado através de entrevistas que serão gravadas, com a finalidade de subsidiar o pesquisador e a pesquisar com as informações subsidiadas.

4. CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS:

4.1. Nome, Tempo que mora em Maracanaú. O Sr. Concorda que sejam indicados no trabalho ou prefere que seja anônimo?

4.2. O Senhor reside em Maracanaú? Casa própria ou aluguel? Quantas pessoas na família residem com o senhor?

4.3. Para o Senhor, Maracanaú é:

- uma cidade poluída?

- uma cidade segura?

- uma cidade com boa estrutura de ruas, comércios, praças,...?

- uma cidade que tem educação e saúde que funcionam bem?

4.4. Como o Senhor vê, a aplicação, de investimentos no DI - Distrito Industrial de Maracanaú? E em Maracanaú?

4.5. O Senhor e sua família estão satisfeitos em morar no Distrito Industrial de Maracanaú/CE? Por que?

5. CONCLUSÃO:

Prezado (a) Senhor (a), estamos finalizando a entrevista, agradecendo imensamente a sua participação. Neste momento abrimos para suas considerações finais, ratificando que todas as informações desta entrevista servirão exclusivamente para subsidiar a pesquisa do meu trabalho de Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas.

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) O Distrito Industrial de Maracanaú/CE no contexto do Regime de Acumulação com Dominância Financeira: Avaliação da Política Pública de Renúncia Fiscal no Cenário da Abertura Econômica desenvolvida(o) pelo aluno do Mestrado Profissional em Políticas Públicas – MAPP André de Souza Gomes.

Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo Professor Drº Carlos Américo Leite Moreira, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail americo@ufc.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é Avaliar a Política de Renúncia Fiscal no Cenário de Abertura Econômica.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semi-estruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo pesquisador e/ou seu orientador.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.